plano estratégico **del**
desenvolvimento
económico
local

Câmara Municipal de São João da Madeira

Planeamento Estratégico do Desenvolvimento Económico Local

Relatório No. 2:

Diagnóstico da Situação e Análise SWOT

São João da Madeira, Junho de 2008

ÍNDICE

Câmara Municipal de São João da Madeira i
Planeamento Estratégico do Desenvolvimento Económico Local i
Relatório No. 2:..... i
Diagnóstico da Situação e Análise SWOT i
São João da Madeira, Junho de 2008 i
1 Introdução geral 1
2 Desenvolvimento económico local e planeamento estratégico 3
3 O desenvolvimento de S. João da Madeira 5
4 Análise externa 7
4.1 O contexto económico externo 7
4.1.1 Competitividade e desenvolvimento: contexto nacional e regional 7
4.2 A região do Norte, a Área Metropolitana do Porto e o Entre Douro e Vouga 8
4.3 O contexto estratégico 10
4.4 O contexto regional e urbano 13
4.4.1 Sistemas urbanos e dinâmicas territoriais 13
4.4.2 S. João da Madeira no EDV: concorrência, complementaridade 16
4.5 Análise da procura: requisitos dos residentes, visitantes e empresas 18
4.5.1 Requisitos dos cidadãos 19
4.5.2 Requisitos de localização das empresas: indústria e serviços 19
4.6 Tendências na evolução do contexto 21
4.6.1 Tendências no âmbito da economia 21
4.6.2 A inovação tecnológica e as suas oportunidades 23
4.6.3 Tendências sociais 24
4.6.4 Tendências na política e na administração 25
4.6.5 Mudanças endógenas 27
4.7 Observações finais 27
5 O contexto interno 28
5.1 Introdução 28
5.2 Demografia e estrutura social 28
5.2.1 Aspectos demográficos 28
5.2.2 Estrutura social 29
5.2.3 Espaços de habitação social 31
5.2.4 Serviços sociais e atendimento a grupos excluídos 32
5.3 A oferta de formação 34
5.4 A economia local: indústria e serviços 35
5.4.1 Estrutura e dinâmica da actividade económica 35

5.4.2 Indústria e inovação ... 38
5.4.3 Condições para a inovação industrial ... 39
5.4.4 Apoios públicos à economia local ... 40
5.5 Sistemas de transporte ... 40
5.5.1 Infraestruturas e redes de transporte ... 40
5.5.2 As infraestruturas de transporte da AMP ... 41
5.5.3 A situação de São João da Madeira ... 42
5.6 Tecnologias da informação e comunicação ... 44
5.6.1 As tecnologias da informação e comunicação em S. João da Madeira ... 44
5.6.2 Projectos inovadores: espaço Internet, EDV digital ... 45
5.6.3 Oferta actual de banda larga ... 46
5.6.4 Observações finais ... 47
5.7 Solo, habitação, equipamentos urbanos e qualidade do ambiente ... 47
5.7.1 Caracterização dos usos predominantes do solo ... 48
5.7.2 Caracterização dos equipamentos urbanos ... 49
5.7.3 Síntese dos problemas e potencialidades do espaço urbano ... 50
5.7.4 O parque habitacional ... 52
5.7.5 Infraestruturas de base e qualidade do ambiente ... 53
5.7.6 Património cultural, equipamentos e espaços de lazer ... 54
5.7.7 Observações finais: ambiente urbano, qualidade de vida e DEL ... 55
6 Análise SWOT da economia local: pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e ameaças ... 55
6.1 Pontos fortes (S) ... 56
6.2 Pontos fracos (W) ... 57
6.3 Oportunidades (O) ... 57
6.4 Ameaças (T) ... 58
6.5 Algumas observações à análise SWOT ... 58
6.5.1 Pontos fortes ... 58
6.5.2 Pontos fracos ... 62
6.5.3 Oportunidades ... 65
6.5.4 Ameaças ... 67

1 Introdução geral

A economia de S. João da Madeira enfrenta actualmente desafios importantes associados com a globalização e os novos contextos da competitividade à escala mundial. Estes desafios adquirem uma importância especial se atendermos a que uma parte substancial da base económica do concelho é constituída pela indústria transformadora, e que a sua estrutura industrial se encontra dominada por sectores – particularmente o do calçado e actividades afins – que sofrem neste momento os efeitos de uma concorrência internacional particularmente intensa. Esta concorrência, protagonizada por empresas com produção baseada em geral noutros continentes, que uma combinação de salários muito baixos e níveis crescentes de qualidade e produtividade torna muito competitivas em certos segmentos do mercado, não só deverá manter-se no futuro imediato como tenderá mesmo a aumentar de intensidade. Com efeito, é previsível que a curto e médio prazo os países da União Europeia, que são o principal destino dos produtos da indústria de S. João da Madeira, continuem a desarmar esquemas de protecção e a reduzir ou eliminar as barreiras ao comércio internacional.

Tendo em conta a importância e a inevitabilidade destes desafios, a Câmara Municipal de S. João da Madeira decidiu levar a efeito um exercício de planeamento estratégico do desenvolvimento económico local (DEL) do concelho. Para isso começou-se por realizar um levantamento de informação sobre a actual situação económica e social do concelho. Com base nessa informação, realizou-se um diagnóstico da situação actual da economia local, prestando especial atenção aos aspectos relacionados com a sua competitividade. Apresentar essa informação e esse diagnóstico é o principal objectivo do presente relatório.

O presente documento é um documento para discussão. Como tal, a sua apresentação serve um segundo objectivo, igualmente prioritário: o de envolver na discussão e no processo de planeamento estratégico os principais interessados, a nível do concelho. O envolvimento dos interessados nos processos de DEL é de importância fundamental, na medida em que permite legitimar o processo do DEL, mobilizar os conhecimentos especializados dos interessados e os seus recursos, obter o seu apoio e desta forma aumentar a eficácia dos esforços. Não teria muito sentido realizar um exercício de planeamento estratégico do DEL apenas no interior da Câmara Municipal, sem obter o apoio dos principais interessados, tanto no resto do sector público como no sector privado e na sociedade civil, uma vez que só com o seu apoio e participação activa será possível passar da identificação dos problemas à sua resolução efectiva, ou dos desejos e planos à realidade do DEL.

O planeamento estratégico do DEL reveste-se no momento actual de uma especial oportunidade, na medida em que a adopção consensual de uma estratégia de desenvolvimento

económico local pode contribuir significativamente para reforçar a eficácia da resposta que a economia do concelho necessita de dar aos desafios associados com a globalização e com os novos contextos de competitividade à escala mundial. As escolhas que o concelho realize em matéria de desenvolvimento económico local terão inevitavelmente consequências práticas a curto como a longo prazo, por exemplo no que se refere aos tipos de actividade económica que será necessário atrair ou estimular, aos esquemas de formação da mão-de-obra que respondam às necessidades dessas novas actividades, e às implicações que tudo isso possa ter para as infraestruturas e os equipamentos colectivos do concelho.

Para facilitar a discussão e poupar as pessoas à leitura de um documento demasiado extenso, preferiu-se produzir um relatório de síntese relativamente curto (o presente documento), remetendo para anexos um tratamento mais profundo dos principais temas abordados no diagnóstico.

O presente relatório encontra-se estruturado da seguinte forma: para estabelecer um contexto metodológico para o resto do trabalho, no capítulo 2 apresentam-se de forma muito resumida algumas perspectivas sobre DEL e sobre planeamento estratégico. Em seguida, no capítulo 3, caracteriza-se o modelo de desenvolvimento – físico, económico e social – de São João da Madeira ao longo do século passado e dos primeiros anos do presente, prestando maior atenção, como é natural num exercício desta natureza, ao período mais recente. O capítulo 4 contém aquilo que se designa por uma análise externa da situação do concelho e especialmente da sua economia, a qual inclui uma análise do contexto e da sua evolução provável, da procura a que a localidade deverá responder, dos sistemas urbanos em que se encontra inserida e da concorrência que experimenta por parte de outros centros urbanos, especialmente centros vizinhos.

Segue-se, no capítulo 5, uma análise do contexto interno do ponto de vista das condições para a competitividade, na qual se trata sucessivamente de demografia e estrutura social, formação, indústria e serviços, transportes, telecomunicações e finalmente solo, habitação e qualidade de vida. Por fim, no capítulo 6, com base em todo o trabalho de análise apresentado ao longo do relatório, apresenta-se aquilo que normalmente se designa entre nós por uma análise SWOT, na qual se enumeram os *pontos fortes* e os *pontos fracos* da economia local e se identificam as *oportunidades* e *ameaças* que se lhe deparam. Esta análise é um ponto de partida central, primeiro para a discussão necessária deste diagnóstico e, depois, para a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento económico local. Por isso todas as análises antes referidas têm como objectivo central, mais do que atingir grandes níveis de precisão e rigor, a sua preparação.

2 Desenvolvimento económico local e planeamento estratégico

O papel cada vez menos importante da distância e o crescimento do comércio mundial estabelecem ligações cada vez mais apertadas entre os mercados internos dos países, mesmo países em desenvolvimento, e os mercados mundiais de bens e serviços. Uma das consequências desta progressiva integração de mercados é aquilo que poderíamos designar por globalização da concorrência, ou seja, a situação em que os produtores num determinado sector, região e país sentem cada vez mais intensamente os efeitos da concorrência que lhes fazem produtores no mesmo sector, localizados literalmente do outro lado do mundo.

Num mundo em que a distância protege cada vez menos da concorrência e em que há também cada vez menos protecção para as actividades económicas por meio de subsídios, barreiras aduaneiras ou vantagens fiscais, o crescimento económico local e a criação de emprego dependem directamente da competitividade, que por sua vez depende de factores fortemente locais.

Considera-se que uma localidade ou território é competitiva se a sua economia – isto é, em grande medida, as suas empresas – é capaz de fazer face à concorrência, sem sacrificar a sustentabilidade ambiental, social e cultural. Se a competitividade depende em grande medida das empresas que exercem a sua actividade económica na localidade, também há factores de competitividade que residem, não nas próprias empresas mas sim no meio em que elas se inserem. Interpretada assim, a competitividade resulta de interacções complexas e dinâmicas entre o Estado, as empresas, as instituições intermediárias e a capacidade organizativa da sociedade. A OCDE aplica à competitividade que daqui resulta a designação de “estrutural”, ao passo que outros autores preferem falar de “competitividade sistémica”.

Pode-se definir desenvolvimento económico local (DEL) como o conjunto de processos pelos quais actores dos sectores público, privado e não governamental se associam e actuam colectivamente para criar melhores condições para um crescimento económico baseado no reforço da competitividade e para a geração de emprego a nível local. O seu objectivo fundamental é melhorar a qualidade de vida da população local, aumentar a equidade e combater a pobreza. Para estimular o DEL as autoridades locais, os grupos baseados na comunidade e as empresas gerem os recursos à sua disposição e estabelecem relações novas de associação e de colaboração para estimular a actividade económica e criar novos empregos numa zona económica bem definida, à escala local.

O planeamento estratégico distingue-se de formas mais tradicionais de planeamento pela sua flexibilidade e pela forma como utiliza perspectivas e uma visão de longo prazo para orientar e inspirar decisões de curto prazo, de forma a permitir a passagem mais ou menos imediata a planos de acção eficazes, cuja consistência se encontra garantida pela referência constante à

visão de longo prazo. Desta forma combina uma visão ampla, ao mesmo tempo realista e ambiciosa, com uma orientação selectiva para a acção e a intervenção.

Outra das suas características fundamentais é a consideração explícita de um número considerável de actores interessados no processo do planeamento, e o esforço sistemático por mobilizar e envolver esses mesmos actores, conseguindo a sua participação activa tanto no processo de planeamento (formulação de problemas e necessidades, identificação de restrições e de opções possíveis, tomada de decisões), como na execução dos planos. Daí a importância da negociação e da construção de consensos no decurso desse processo. Finalmente, o planeamento estratégico requer uma análise explícita dos contextos, tanto interno como externo, da realidade para a qual se planeia, e repousa numa análise sistemática da concorrência, dos pontos fortes e pontos fracos internos e das oportunidades e ameaças externas com que essa realidade se defronta.

No caso específico do DEL, o processo começa normalmente por uma institucionalização do planeamento estratégico, que passa pela escolha de uma localização institucional e de uma responsabilidade de supervisão para a equipa encarregada do planeamento (uma e outra normalmente no interior da administração municipal), pela identificação e mobilização dos actores interessados (e por uma análise dos seus interesses), e pela formação de um grupo consultivo no qual participem representantes dos principais interessados. Os actores interessados neste caso incluem organizações e mesmo indivíduos pertencentes ao sector público, sector privado e sociedade civil, especialmente o município, departamentos regionais do governo central, empresas, sindicatos, associações de todo o tipo, universidades com inserção regional, etc. A institucionalização do planeamento estratégico do DEL desempenha um papel especialmente importante, na medida em que é ela que permite a mobilização dos múltiplos actores interessados e a criação de um espaço no qual seja possível contrastar interesses, visões e perspectivas, construir consensos e programar e coordenar intervenções conjuntas.

Uma vez estabelecida de forma clara a inserção institucional da nova actividade, o trabalho de planeamento estratégico passa sucessivamente por:

- uma análise extensa e aprofundada das realidades da economia local, em particular no que se refere à base económica local e aos factores que determinam a sua evolução;
- uma consulta ampla e bem estruturada aos principais actores económicos; e
- uma análise da competitividade da economia local, tanto no contexto regional como no contexto mais amplo da globalização e da concorrência mundial.

Esta análise da competitividade da economia local deverá conduzir a uma identificação dos pontos fortes e pontos fracos (predominantemente de origem interna) e das oportunidades e ameaças (de origem externa) da localidade, e deverá ter em conta pelo menos a estrutura

económica da localidade (principais sectores de actividade e suas perspectivas de médio e longo prazo), os recursos especificamente territoriais (infra-estrutura, recursos naturais, centralidade e funções centrais, capital social, imagem, etc.), os recursos humanos e o ambiente institucional, especialmente no que se refere à aptidão para a inovação e à cultura industrial e comercial.

No caso particular de S. João da Madeira, será especialmente importante analisar os fenómenos de declínio industrial e estudar a sua evolução previsível, já que estes fenómenos constituem provavelmente um dos principais desafios com que se defrontará o concelho a curto e médio prazo. Por outro lado, e a partir do inegável potencial do município, com a sua tradição industrial, a sua localização como centro de serviços regional e também com o acesso facilitado ao Porto que decorrerá da construção de novas ligações por auto-estrada, será necessário identificar oportunidades, em termos tanto do aumento da qualidade de produção de algumas actividades industriais já existentes, como da especialização em nichos servindo mercados com exigências especiais, ou ainda da diversificação para novas actividades de mais alta tecnologia.

A análise da competitividade, das ameaças e dos potenciais dará aos decisores os novos elementos de informação necessários para que possam tomar decisões estratégicas com conhecimento de causa. Estas decisões traduzir-se-ão sucessivamente numa visão de longo prazo para o futuro de S. João da Madeira; na identificação de estratégias e objectivos de médio prazo para realizar essa visão; e na identificação e formulação de planos de acção de curto prazo, destinados a atingir tais objectivos. Nunca será de mais acentuar que é condição necessária do êxito deste processo que nas decisões – e nas actuações que delas decorram – participem activamente os actores interessados, identificados em fase anterior. Será também neste momento que o planeamento do desenvolvimento económico local se ligará ao planeamento de estrutura, fornecendo indicações sobre que infraestruturas e equipamentos colectivos serão prioritários, que tipos de actividade económica se devem estimular e atrair para a cidade, que tipos de formação técnica e profissional serão mais necessários, etc.

3 O desenvolvimento de S. João da Madeira

Povoação antiga mencionada por primeira vez em manuscritos que datam de 1088, até ao Século XIX a economia de S. João da Madeira esteve ligada fundamentalmente à agricultura e pecuária. Proporcionando-lhe uma acessibilidade acrescida, a inauguração da Linha Vale do Vouga em 23-11-1908 pelo rei D. Manuel II constituiu um ponto de rotura entre o modo de vida rural duma comunidade agrícola e o já latente processo de industrialização.

Ao longo do Século XX, com o advento da industrialização, S. João da Madeira inicia um processo de crescimento urbano que se reflecte na concessão do título de Vila em 18 de Julho

de 1924, na emancipação Concelhia a 11 de Outubro de 1926 e na elevação a Cidade em 16 de Maio de 1984. Este processo acarreta também o rápido crescimento do núcleo urbano.

S. João da Madeira é o concelho mais pequeno do país, com uma área aproximada de 8km^2, com uma única freguesia e está integrado na NUT III de Entre Douro e Vouga, no Distrito de Aveiro e na Área Metropolitana do Porto, fazendo ainda parte da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria.

Beneficia de uma localização geográfica favorável, decorrente da sua proximidade à Área Metropolitana do Porto, da sua integração no corredor atlântico que une a Galiza a Lisboa e da sua proximidade a importantes infra-estruturas rodoviárias (A1/IC1/IC2/IP5) e de transportes de longa distância (portos marítimos de Leixões e Aveiro, aeroporto Francisco Sá Carneiro e linha ferroviária do Norte), o que lhe confere vantagens competitivas e potencialidades de desenvolvimento apreciáveis, quer do ponto de vista demográfico, quer do ponto de vista empresarial.

Durante todo o Século XX, São João da Madeira apresentou um ritmo de crescimento demográfico muito superior, quer ao registado a nível do Entre Douro e Vouga, quer relativamente à média nacional, o que dá uma indicação clara do forte dinamismo empresarial que tem caracterizado o desenvolvimento do concelho. À semelhança do que acontece no restante território nacional, São João da Madeira enfrenta um processo de envelhecimento demográfico, embora não tão acentuado como o que se verifica na generalidade do território. Também acompanha o resto do país na evolução do tamanho médio das famílias, que tem vindo a diminuir significativamente.

O processo de desenvolvimento industrial de SJM tem características que o aproximam de um modelo tradicional espontâneo (desenvolvimento endógeno, aproveitando vantagens baseadas nos custos, neste caso especialmente custos da mão de obra). No entanto, esse processo levou também ao aparecimento posterior de indústrias com uma maior componente tecnológica e de inovação. Veio, também, a ser complementado mais tarde com importantes processos de graduação industrial das empresas tradicionais, por melhoria de produtos e processos e pela aquisição de competências funcionais em áreas como a comercialização e o design, que permitiram manter e mesmo reforçar a competitividade da economia local.

A primeira indústria importante do concelho foi a chapelaria; seguiu-se-lhe a indústria do calçado que, aproveitando a presença de mão de obra barata, foi crescendo, em números de empresas e volume de emprego, até adquirir tal importância que o Centro Tecnológico da Indústria do Calçado acabou por ver a sua sede implantada em SJM. O desenvolvimento desta indústria deu, além disso, origem ao aparecimento de indústrias afins, como as de componentes para calçado e de máquinas e equipamentos para a indústria do calçado

(representantes e fabricantes), que se foram implantando no concelho pela conveniência da proximidade aos seus clientes. Outro sector que tem desempenhado um papel marcante na história industrial do concelho é a indústria metalúrgica, desde a criação das "Oficinas Metalúrgicas OLIVA", em 1925, até à actualidade.

4 Análise externa

A análise externa estabelece as bases para a identificação e compreensão tanto das oportunidades como das ameaças resultantes de acontecimentos e tendências exteriores, que afectam a economia local mas se encontram fora do seu controlo. Entende-se por oportunidade um acontecimento ou tendência que representa uma boa ocasião para que a economia local alcance uma vantagem competitiva. Uma ameaça pode definir-se como um desafio imposto por um acontecimento ou tendência desfavorável que, na ausência de uma acção correctiva, levará a uma erosão da vantagem competitiva da economia local.

4.1 O contexto económico externo

4.1.1 Competitividade e desenvolvimento: contexto nacional e regional

A situação em matéria de desenvolvimento socio-económico do país como um todo e de cada uma das divisões territoriais a que S. João da Madeira pertence - Entre Douro e Vouga, Área Metropolitana do Porto e região Norte - afecta de forma significativa e inevitável a situação de desenvolvimento do concelho, pelo que cada uma dessas situações necessita de alguma análise.

A **"Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015"** e o "**Quadro de Referencia Estratégica Nacional 2007 – 2013"** (QREN) contêm uma análise sintética da situação de Portugal, identificando uma série de problemas que é necessário ultrapassar, entre os quais:

- Um sério problema de crescimento sustentado da economia, para cuja resolução se exigem ao mesmo tempo aumentos de produtividade significativos e criação de empregos, o que só é possível com uma mudança na composição das actividades económicas, aumentando o peso de actividades com maior valor acrescentado e com maior dinâmica de crescimento no comércio internacional. Por sua vez, isso exige um forte investimento privado, nacional e estrangeiro.
- Uma estrutura demográfica envelhecida, que exige uma atitude proactiva na adopção de políticas de crescimento demográfico e de aprendizagem ao longo da vida, de saúde pública, acolhimento e integração social.
- Um baixo nível de habilitações e de qualificação da população activa.
- Uma estrutura social ainda marcada pela desigualdade e pela dependência face à protecção social pública; atraso científico e tecnológico, de que resulta uma capacidade limitada de inovar; insuficiente desenvolvimento da cultura e das artes.
- Baixa eficiência energética da economia e excessiva dependência da energia primária importada.

- Um padrão inadequado de gestão e crescimento urbano, que no passado recente desviou para a construção recursos que teriam sido mais bem utilizados em actividades susceptíveis de assegurar um aumento significativo da oferta de bens e serviços transaccionáveis.

Em síntese, a ENDS acentua que a opção por um desenvolvimento sustentável aponta para modos de crescimento compatíveis com um processo longo de crescimento sustentado para Portugal. Para que isso seja possível, a sociedade portuguesa deverá ser capaz de construir de forma participada um projecto de sociedade mobilizador. Uma alteração do modelo económico de crescimento passa também pelo território, por encontrar soluções inovadoras para as regiões menos desenvolvidas, por ordenar novas formas de urbanismo e novos modos de transportes urbanos, mais eficientes e com menor impacto ambiental, por promover a acessibilidade dos espaços, edifícios e transportes, por «encontrar» a nova cidade e as suas ligações aos espaços rurais, e pela protecção e valorização dos recursos e do património natural, cultural e artístico.

4.2 A região do Norte, a Área Metropolitana do Porto e o Entre Douro e Vouga

No contexto nacional esboçado atrás, a região do Norte tem problemas e potencialidades especiais no que se refere a competitividade e desenvolvimento. Podem salientar-se os seguintes pontos, de especial importância para os objectivos deste trabalho:

- O Norte é a Região mais populosa do País e a terceira maior em área; pertence ao 1º quartil das maiores NUTS II da UE25. Tem uma densidade populacional de 175 habitantes/ km^2, e a população concentra-se sobretudo no litoral (365 habitantes/km^2), registando-se, em contrapartida, uma relativa desertificação do interior (com 36 habitantes/ km^2). Tem também a população mais jovem do Continente, embora experimente um processo de envelhecimento.
- Trata-se da segunda Região (NUTS II) mais importante no que respeita ao PIB nacional (28%); no entanto, o seu *PIB per capita* em PPC estagnou em relação à média da EU e tem regredido face à média nacional.
- Apesar da dimensão significativa do seu mercado interno, o Norte é a 5ª Região mais pobre da UE15 (39ª da UE25) e, simultaneamente, a mais pobre do País (com a nova configuração das NUTS II). Continua, no entanto, a ser a Região portuguesa mais exportadora (43% das exportações), sobretudo com produtos industriais.
- O Norte ocupa o primeiro ou o sexto posto das regiões mais industriais (*ranking* aferido pelo peso do emprego) no contexto, respectivamente, da UE15 ou UE25. Na sua indústria têm um peso importante os sectores ditos "tradicionais" (têxteis, vestuário, calçado, etc.), cuja competitividade tem sido assegurada por factores estáticos, como as baixas remunerações do trabalho, e não por ganhos sustentados de produtividade.
- A população tem os mais baixos rendimentos médios a nível nacional; tem também baixos níveis de instrução formal, mesmo no contexto nacional – situação grave quando sabemos que Portugal, no seu conjunto, apresenta deste ponto de vista o pior desempenho na UE 25.
- A combinação de uma estrutura industrial com forte peso de indústrias tradicionais e uma população com baixos níveis de formação torna o emprego na Região particularmente vulnerável à conjuntura económica.

- Existe uma rede de Universidades, Centros Tecnológicos e instituições afins, bastante relacionada com a estrutura produtiva, e um conjunto de instituições de I&D internacionalmente acreditadas e com prestígio mundial.
- A estrutura urbana da Região caracteriza-se por uma clara oposição litoral – interior. Cerca de 40% do território está coberto por um estatuto de conservação da natureza e dos seus recursos.
- A região dispõe de uma rede equilibrada de Itinerários Principais e Complementares, de uma rede ferroviária que serve mais de metade da população, e de um dos maiores aeroportos da Península Ibérica.
- Os municípios da Região do Norte apresentam uma superfície e uma dimensão populacional e financeira muito superior em média às dos seus congéneres europeus. As municipalidades têm receitas consideráveis e são organizações grandes, diversas e complexas, que requerem uma gestão de muita qualidade.

Dentro da Região, S. João da Madeira pertence à sub-região do Entre Douro e Vouga (EDV), que por sua vez forma parte da Área Metropolitana do Porto (AMP). A AMP partilha muitas das características da Região do Norte. Tem cerca de 1,8 milhões de pessoas – cerca de metade da população de todo o Norte – e apresenta níveis de envelhecimento da população inferiores aos nacionais, e mesmo aos da Região.

Apesar da sua dimensão populacional e da sua importância como região urbana do Noroeste da península, a AMP tem registado um desempenho socio-económico inferior mesmo ao da Região do Norte. Isto deve-se a que nela se encontram sub-representados sectores industriais modernos e com forte incorporação de tecnologia, e correspondentemente sobre-representados os chamados sectores "tradicionais", com dificuldades em matéria de competitividade, baixos níveis de incorporação de tecnologia nos produtos e processos e dependência excessiva de salários baixos.

A fragilidade da economia da AMP tende a agravar-se com a tendência recente dos salários para aumentar e a intensificação da concorrência internacional nos mercados dos sectores tradicionais. Apesar da ameaça que estes factos representam, um sector empresarial ainda muito ligado a modelos produtivos tradicionais tem resistido a modernizar os processos produtivos, incorporar tecnologia e tentar ocupar posições dominantes nas respectivas cadeias de valor, preferindo recuar nessas cadeias para actividades menos exigentes do ponto de vista da inovação.

Apesar disso, a AMP é ainda das áreas mais competitivas de Portugal e continua a registar uma forte actividade exportadora, em especial no que se refere à indústria têxtil, de vestuário e calçado, à fileira do mobiliário aos moldes e aos componentes automóveis. Além disso, dispõe de vantagens como infraestruturas bem desenvolvidas, universidades e centros de investigação de qualidade em vários sectores e algumas empresas apostadas na investigação e na competitividade internacional, que constituem uma base importante de partida para um processo de modernização da estrutura produtiva baseado na inovação e na tecnologia.

Caracterizado por uma forte acessibilidade ao Grande Porto, o EDV beneficia também da sua proximidade e acessibilidade à cidade de Aveiro, que graças ao seu espírito empreendedor, ao seu importante porto de mar e a uma universidade fortemente orientada para as necessidades de formação e investigação da indústria, tem adquirido um importante papel de pólo urbano de desenvolvimento.

Em termos de actividade económica, o EDV conta entre os seus sectores de actividade com maior expressão numérica o comércio por grosso e a retalho e a indústria transformadora, cada um com cerca de 30 por cento dos estabelecimentos, e apresenta-se tradicionalmente como uma região exportadora. Dentro da indústria transformadora, as actividades com maior número de empresas são as indústrias do couro e dos produtos de couro e a indústria da madeira e da cortiça e suas obras.

4.3 O contexto estratégico

Face à situação atrás descrita, têm vindo a ser elaboradas estratégias orientadas para o desenvolvimento económico, social e ambiental, assumindo o desafio da modernização e da adaptação ao contexto competitivo global. A nível nacional, além da ENDS 2015 e do QREN, já referidos na secção anterior, salienta-se o documento **"Estratégia de Lisboa – Portugal de Novo; Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008" (PNACE)**, que constitui o programa nacional de reformas adoptado por Portugal para a aplicação de Estratégia de Lisboa, adoptada primeiro pelo Conselho Europeu em 2000 e reformulada em 2006. A compatibilidade entre as estratégias contempladas nestes documentos legitima o seu tratamento conjunto.

O PNACE propõe a seguinte Visão, "ambiciosa mas viável", para o futuro do nosso país:

> ***Colocar Portugal de novo no centro do processo de desenvolvimento à escala da União Europeia e à escala Global, promovendo o crescimento e o emprego através da melhoria da qualificação das pessoas, das empresas, das instituições, dos territórios, do desenvolvimento científico e do reforço da atractividade, da coesão social e da qualidade ambiental.***

Mais recentemente, a ENDS adopta o seguinte "desígnio integrador e mobilizador":

> ***Retomar uma trajectória de crescimento sustentado que torne Portugal, no horizonte de 2015, num dos países mais competitivos e atractivos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social.***

Para alcançar este desígnio, a ENDS afirma sete objectivos de acção:

- Preparar Portugal para a «sociedade do conhecimento», com dois objectivos subordinados cruciais:
  - acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação; e

  - melhorar as qualificações e criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento.
- Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética.
- Melhor ambiente e valorização do património.
- Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social.
- Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território.
- Um papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional.
- Uma administração pública mais eficiente e moderna.

Por outro lado, as prioridades estratégicas nacionais para o QREN e todos os programas operacionais são as seguintes:

- **Promover a qualificação dos portugueses**, desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação como principal garantia do desenvolvimento do País e do aumento da sua competitividade.
- **Promover o crescimento sustentado** através, especialmente, do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos de contexto, incluindo os da administração da justiça, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atracção e estímulo ao investimento empresarial qualificante.
- **Garantir a coesão social** actuando, em particular, nos objectivos do aumento do emprego e do reforço da empregabilidade e do empreendedorismo, da melhoria da qualificação escolar e profissional e assegurando a inclusão social, nomeadamente desenvolvendo o carácter inclusivo do mercado de trabalho, promovendo a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de género, bem como a reabilitação e reinserção social, a conciliação entre a vida social e profissional, e a valorização da saúde como factor de produtividade e medida de inclusão.
- **Assegurar a qualificação do território e das cidades** traduzida, em especial, nos objectivos de assegurar ganhos ambientais, promover um melhor ordenamento do território, prevenir riscos e, ainda, melhorar a conectividade do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a vontade de reduzir assimetrias regionais de desenvolvimento.
- **Aumentar a eficiência da governação**, privilegiando os objectivos de modernizar as instituições públicas, melhorar a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e colectivos, com reforço da sociedade civil e melhoria da regulação.

A nível da Região Norte as três prioridades de desenvolvimento para o período 2007-2013 são perfeitamente compatíveis com estas prioridades:

- Promover a **intensificação tecnológica** da base produtiva regional.
- Assegurar de forma sustentável a **competitividade regional**.
- Promover a **inclusão social e territorial**.

Numa estratégia assente na economia do conhecimento, na tecnologia, na investigação científica e na inovação, cabe à Área Metropolitana do Porto um papel necessariamente motor. Isto leva a Junta Metropolitana a ***apostar na sociedade e economia do conhecimento e eleger a inovação como factor chave do reforço da competitividade da AMP***. Tornar a AMP uma comunidade inovadora, territorialmente ordenada, respeitadora dos valores ambientais e

socialmente coesa acaba por ser um desiderato comum a qualquer política de desenvolvimento para os próximos anos, visto serem estas as vertentes essenciais de uma estratégia de progresso sustentável para uma região que se situa aquém dos níveis médios de riqueza comunitários, que está exposta a uma cada vez maior concorrência de bens e serviços dentro e fora da Europa e que está a viver, por força da globalização, um processo rápido de reconversão produtiva com alguns impactos sociais negativos.

O plano estratégico da indústria do calçado 2007-2013

O plano estratégico da indústria do calçado para 2007-2013, publicado pela APICCAPS, merece referência pela importância de que se reveste para S. João da Madeira devido ao peso do sector na actividade económica da cidade. Este documento analisa a evolução recente da indústria portuguesa do calçado e os desafios com que ela se defronta actualmente, em particular devido à liberalização do comércio, e conclui que o sector aguentou bem o impacto e mostrou capacidade de ajustamento e de resistência. Em seguida, apresenta as *prioridades estratégicas* para o sector:

- A **inovação,** em áreas tão variadas como por exemplo o design, o desenvolvimento e adaptação de novos materiais, o investimento em novos equipamentos que facilitem a flexibilidade e a rapidez da resposta às exigências dos mercados, o recurso à automação e à robótica, etc.; não menos importante, a inovação nos modelos de negócios é considerada condição essencial de manutenção da competitividade da indústria portuguesa do calçado.
- A **qualificação dos recursos humanos,** a todos os níveis da cadeia de valor, do design à produção e à gestão, dos quadros técnicos aos trabalhadores de base.
- A estratégia de **internacionalização** está estreitamente ligada à *inovação nos modelos de negócios*, à adopção de uma atitude mais proactiva em relação às relações com os diversos segmentos de mercado, especialmente os de maior valor acrescentado, reforçando a capacidade de criação e a flexibilidade da resposta e a capacidade de produzir pequenas séries para captar novos clientes, mais pequenos e mais dispersos, adquirindo um maior grau de controlo sobre a cadeia de valor e, se necessário, realizando investimentos no estrangeiro, em unidades industriais e comerciais.
- Finalmente, o plano estratégico considera fundamental uma mudança de mentalidades no que se refere à **cooperação entre empresas** do sector. A cooperação não é apenas necessária ao longo da cadeia de valor, mas também *entre empresas situadas na mesma fase da cadeia produtiva*, o que permite até certo ponto compensar os inconvenientes associados à reduzida escala individual das empresas, por exemplo partilhando riscos e custos dos processos de experimentação, aprendizagem e inovação necessários à manutenção da competitividade. Também a cooperação com empresas em outros sectores em que o elemento moda é decisivo, como as do têxtil e do vestuário, é considerada potencialmente muito proveitosa. Desta forma se criarão *redes de empresas* com relações mais ou menos estreitas de cooperação, e a pertença a tais redes será cada vez mais um factor de competitividade para as empresas. Finalmente o plano considera fundamental a *cooperação com redes de instituições do sistema científico e tecnológico e do sector público*, por exemplo no que se refere ao acompanhamento dos mercados e à promoção externa.

4.4 O contexto regional e urbano

4.4.1 Sistemas urbanos e dinâmicas territoriais

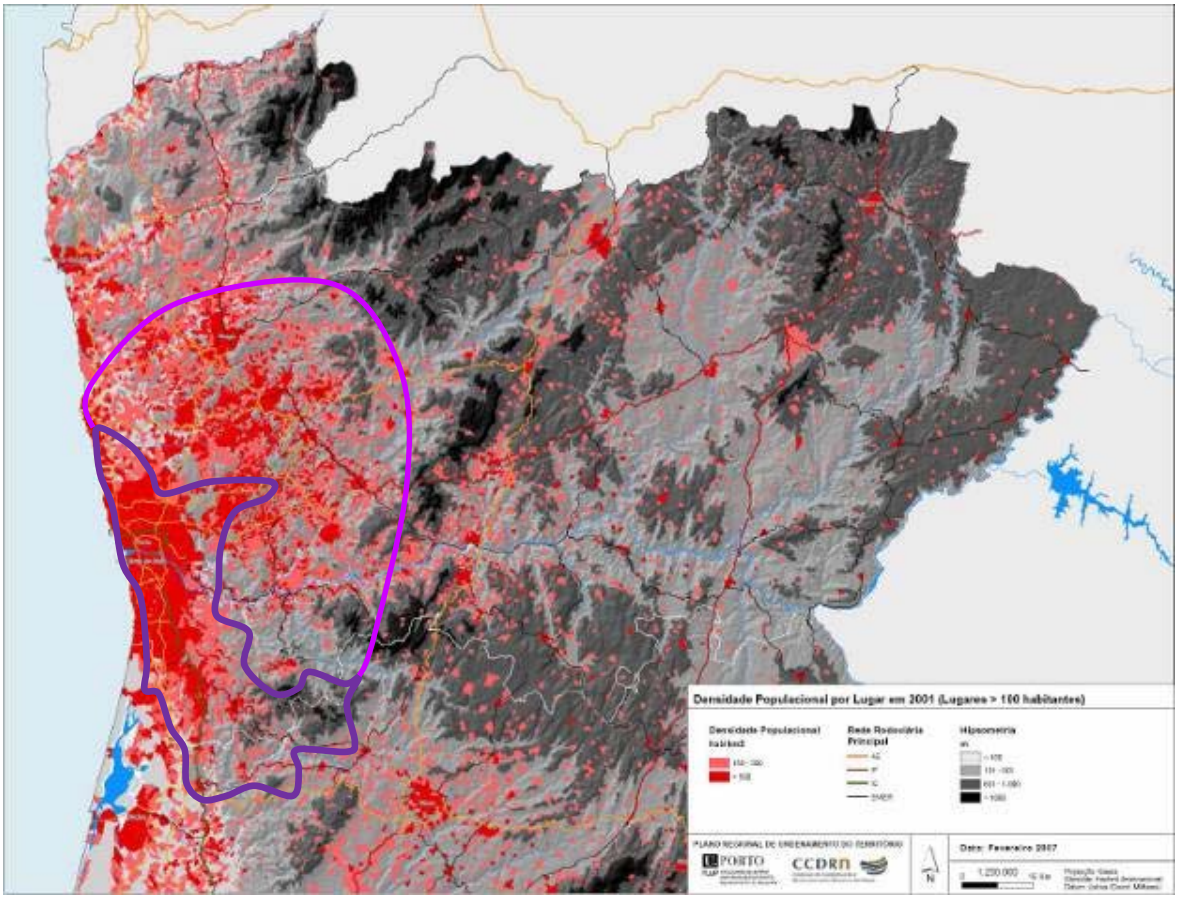
O Norte de Portugal está todo polarizado pela aglomeração do Porto, muito dinâmica, articulada numa lógica de valorização de complementaridades e especificidades que lhe confere uma capacidade de auto-regulação invulgar; a região caracteriza-se por uma ocupação densa e difusa em termos de população e de actividades, e está muito aberta ao relacionamento transfronteiriço com a Galiza.

Arco Metropolitano do Porto

Uma macro-estrutura fundamental no Norte de Portugal é a região urbana centrada no Porto, designada no PNPOT por "Arco Metropolitano do Porto". A AMP constitui-se actualmente como um importante centro regional que estende a sua influência ao grande Noroeste peninsular português e galego, com 7 milhões de pessoas.

Na área central tem-se um núcleo urbano consolidado, com dinâmicas construtivas que denunciam os processos de densificação e transformação da cidade tradicional. É uma área em perda populacional, mas ainda com razoável expressão do sector terciário.

À volta deste núcleo central desenvolve-se uma primeira coroa em expansão: centralidades comerciais e novas oportunidades de emprego multiplicaram-se; há uma oferta residencial forte, diversificada e de densidades diferenciadas; as novas circulares viárias reproduziram-se e alimentaram a dinâmica expansiva, construindo uma mancha urbana relativamente multifuncional e de densidade variada.



Fonte: PROT-N.

Figura 1: Arco e Área Metropolitanas do Porto e Densidade Populacional por Lugar.

Coalescente a esta coroa desenvolve-se uma extensa mancha difusa urbano-industrial. O modelo de povoamento é disperso, as dinâmicas populacionais e construtivas são muito significativas e a morfologia urbana é fragmentada. Neste território evidencia-se ainda um perfil de actividades industriais, onde a logística, o comércio e os serviços estão a alastrar e onde as interacções entre o urbano e o rural são difíceis de decifrar. A população e os produtores agrícolas diminuíram fortemente nas últimas décadas, mas a pluriactividade e o plurirrendimento continuam a marcar.

Em síntese, esta grande região urbana possui um sistema urbano policêntrico, com o Porto a mostrar dificuldades em manter a sua centralidade, partilhando-a com outras centralidades metropolitanas e regionais.

A sub-região do Entre Douro e Vouga

Localizada na região norte no País, a NUTS III – Entre Douro e Vouga (EDV) compreende os municípios de Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra.

À escala da região do EDV, podemos também falar de três tipos de áreas:

- As áreas marcadamente urbanas, que correspondem ao concelho de S. João da Madeira, às sedes de concelho de Santa Maria da Feira e de Oliveira de Azeméis, e às freguesias da parte Norte do concelho de Santa Maria da Feira e que se caracterizam por uma alta diversidade funcional e elevados índices de terciarização;
- As áreas intermédias, que correspondem às freguesias em volta das sedes de Concelho, em que se misturam o modo de vida urbano-industrial com o rural;
- As áreas rurais, que correspondem às freguesias mais afastadas dos centros urbanos e mais afastadas dos principais eixos rodoviários.

São João da Madeira

S. João da Madeira, pólo industrial de grande dinamismo, é um município atractivo para a população. Praticamente todo o território está profundamente humanizado mas subsistem, ainda assim, paisagens marcadamente rurais e, em menor escala, semi-naturais, neste caso correspondendo ao corredor do rio Ul. Os estudos apresentados no âmbito da Agenda 21 Local identificam sete formas típicas de paisagem urbana.

Formas típicas da paisagem urbana de S. João da Madeira:

Forma	Descrição
Clássica	Edifícios em banda ao longo de ruas, em malha geométrica, formando os tradicionais quarteirões. Em S. João da Madeira a forma clássica corresponde, fundamentalmente, ao núcleo mais denso e consolidado com centro na Praça Luís Ribeiro e eixos principais nas avenidas Dr. Renato Araújo, da Liberdade e do Brasil. Na prática, é a zona mais "citadina" da cidade, onde coexistem os usos habitacional, comercial e de serviços, gerando ruas movimentadas de pessoas e veículos.
Jardim	Edifícios unifamiliares isolados, sobretudo moradias, e logradouros, por norma ajardinados. Corresponde a áreas de baixa ou média densidade e malha urbana planeada, fundamentalmente destinadas a habitação. Envolve, *grosso modo*, o núcleo central da cidade clássica, concretamente os lugares de Carquejido, Travessas, Devesa Velha e Quintã, entre outros.
Modernista	Edifícios colectivos soltos (vulgo "torres"), envolvidos por espaço público. Corresponde, predominantemente, aos bairros sociais da Mourisca, Parrinho, Fundo de Vila e Rio Velho, bem como a alguns blocos habitacionais de construção recente. Os usos são fundamentalmente habitacionais, com alguns cafés associados.
Áreas industriais	Existem quatro áreas industriais praticamente equidistantes do centro: Orreiro e Travessas (esta última em expansão), de maiores dimensões, Devesa Velha e Oliva.
Áreas verdes públicas	Áreas verdes de usufruto público. As principais são o Parque de Nossa Senhora dos Milagres, o Jardim Público da Fonte (inclui o Jardim Municipal), o Parque Ferreira de Castro e a Praça Barbezieux. Não se consideraram para este efeito pequenas praças ajardinadas e maciços arbóreos.

Áreas florestais	As maiores manchas florestais situam-se junto à zona industrial das Travessas, da Devesa Velha, e nos lugares de Escarigo, Roupal e Caniço, sendo constituídas quase exclusivamente por monoculturas de eucalipto e pinheiro, ainda que com a presença pontual de algumas espécies autóctones como carvalhos e sobreiros. Maciços arbóreos localizados e áreas florestadas de menor dimensão não foram considerados nesta categoria. O corredor ripícola do rio Ul foi englobado nas áreas rurais, às quais surge associado.
Áreas rurais e seminaturais	Áreas fundamentalmente rurais e agrícolas, com a respectiva habitação, e zonas seminaturais associadas aos vales do rio Ul e da ribeira da Buciqueira. O povoamento é disperso, as ruas e calçadas mais antigas de traçado sinuoso, abundando os campos de cultivo.

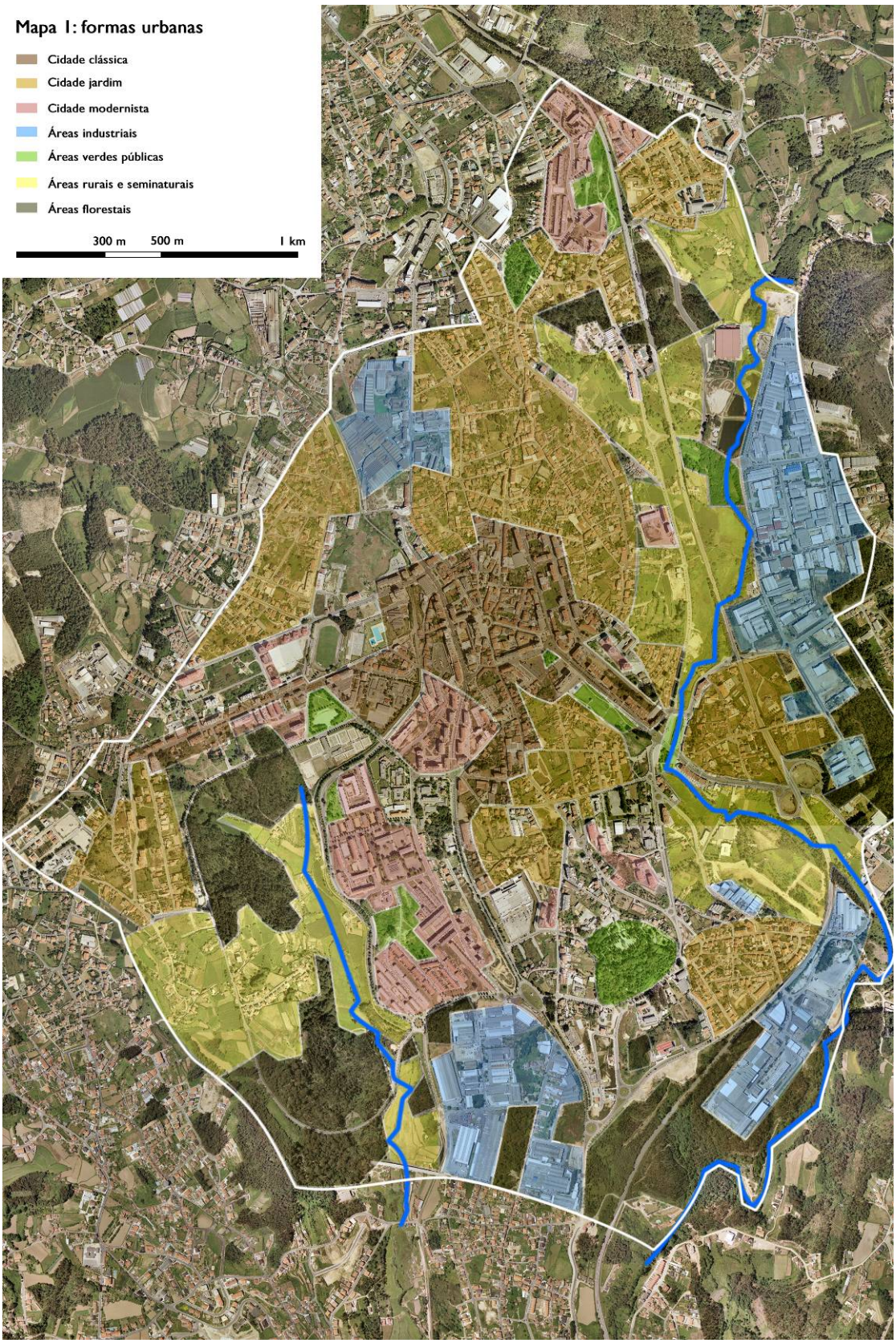
É importante reter que S. João da Madeira, pese embora a sua elevada urbanização e alguma descaracterização da paisagem, ainda possui locais muito agradáveis, fortes traços de ruralidade relativamente bem preservados, zonas de moradias arborizadas e acolhedoras, e alguma floresta a circundar as zonas industriais.

4.4.2 S. João da Madeira no EDV: concorrência, complementaridade

Também no EDV se manifesta a persistente tendência nacional para a fixação da população em concelhos mais próximos do litoral ou de pólos industriais. Assim, Arouca e Vale de Cambra têm as densidades populacionais mais baixas da Área Metropolitana do Porto. S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis têm, por outro lado, dado provas de um dinamismo considerável e apresentam as percentagens mais elevadas de empresas no sector terciário e secundário. Estes três municípios formam uma vasta área urbana, cada vez mais integrada e apresentando elevados níveis de industrialização.

Do ponto de vista das vias de comunicação, o EDV tem ligações privilegiadas tanto ao norte e sul do país, principais pólos de desenvolvimento e comunicação, como à região interior. É também de destacar a sua proximidade ao principal eixo de comunicação terrestre, rodoviário e ferroviário com o mercado europeu.

No Anexo 4, secção 3.2, procede-se a uma comparação de algumas características dos cinco municípios do EDV, de forma a avaliar as respectivas vantagens competitivas. Essa comparação permite realçar alguns dos aspectos das relações de concorrência e complementaridade entre esses concelhos. Os dois concelhos do EDV que mais directamente concorrem com S. João da Madeira, em termos por exemplo de atracção



de investimentos em actividades produtivas ou de infraestruturas de ligação, de atracção de visitantes, de manifestações culturais ou desportivas ou de apoios públicos ao seu desenvolvimento, são Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira. Qualquer dos dois

concelhos tem uma dimensão, em termos de área, população e base industrial, bastante superior à de S. João da Madeira.

No entanto, a posição central de S. João da Madeira no eixo urbano em consolidação que une os três concelhos confere-lhe uma centralidade que implica algumas vantagens importantes, na medida em que lhe permite exportar serviços, comerciais e outros, para um "hinterland" que ultrapassa largamente os limites do concelho. Isto por sua vez reforça e diversifica a base económica da cidade. É de esperar que esta vantagem se mantenha, mesmo que os dois concelhos vizinhos continuem a investir na qualificação dos respectivos centros urbanos, na medida em que ela depende da geografia e da distribuição da população no EDV; essa vantagem pode mesmo tender a acentuar-se à medida que se consolide o eixo urbano acima referido.

Por outro lado, e sem negar a possível existência de alguns conflitos pontuais de interesses entre os três concelhos, existem muitas áreas em que esses interesses são complementares e convergentes mais do que antagónicos. É o caso, por exemplo, no que se refere a desenvolvimento social, cultural, políticas de formação, protecção do meio ambiente, promoção da sub-região junto a potenciais turistas ou investidores, construção de infraestruturas comuns, intercambio de experiências em matéria de gestão municipal e muitos outros temas.

Por outro lado, o crescimento de S. João da Madeira traduz-se já hoje na criação de serviços e de oportunidades de emprego para as populações dos concelhos vizinhos e tem portanto reflexos imediatos no bem estar dessas populações. A consolidação do eixo urbano que une os três concelhos tenderá, se for bem gerida, a criar um sistema urbano policêntrico capaz de prestar serviços de uma qualidade e a um nível a que nenhum dos três concelhos pode aspirar separadamente, e de equilibrar e tornar mais sustentável o desenvolvimento territorial. Esse sistema tenderá também a polarizar uma importante área circundante, muito para além dos limites do Entre Douro e Vouga.

Parece, por estas, razões absolutamente vital que os três concelhos estabeleçam relações de cooperação mais profundas e alargadas do que seria de esperar apenas por serem concelhos vizinhos, de forma a poderem retirar o máximo benefício da **gestão em comum dos seus interesses comuns**.

4.5 Análise da procura: requisitos dos residentes, visitantes e empresas

O desenvolvimento da economia de S. João da Madeira implica que o concelho deve ser capaz de atrair e reter tanto população residente – especialmente população jovem - como actividades económicas, especialmente em sectores inovadores, com perspectivas de crescimento e de criação de emprego a médio e longo prazo. Para que tal seja possível, é

necessário criar um conjunto de condições que tornem a cidade atractiva tanto para novos residentes, como para novas e inovadoras actividades económicas. É possível identificar desde já alguns desses requisitos. Adiante mencionamos os mais importantes, dos cidadãos (potenciais residentes) e das indústrias inovadoras. No anexo 4 mencionam-se, além destes, os requisitos de localização das indústrias modernas, das actividades de serviços e dos utilizadores dos serviços do centro urbano.

4.5.1 Requisitos dos cidadãos

Os requisitos dos cidadãos podem classificar-se em três grandes grupos: acesso ao emprego e à habitação, qualidade de vida e qualidade da administração pública. A **criação de emprego** é fundamental para atrair e reter população residente numa determinada zona. Além da existência de uma oferta diversificada de emprego, o acesso ao emprego implica ainda a proximidade física ao local de trabalho, ou a possibilidade de se deslocar até ele de forma rápida e económica, o que por sua vez exige uma infraestrutura viária de qualidade e sistemas de transportes públicos eficientes. O acesso a **habitação** – de qualidade adequada, bem localizada e a um preço acessível – é também um requisito fundamental para a maioria das pessoas. No que se refere à **qualidade de vida**, são bem conhecidos os requisitos dos cidadãos: um meio ambiente urbano atractivo, limpo e despoluído, serviços públicos eficientes, de qualidade, com capacidade de resposta e facilmente acessíveis, uma oferta adequada de infraestruturas e equipamentos colectivos, e a preservação e valorização do património natural, cultural, histórico e artístico das cidades. Finalmente, a **qualidade da administração pública** – em termos por exemplo da qualidade da informação pública, prontidão e eficiência com que ela é prestada aos cidadãos, existência de mecanismos de participação, eficácia e a agilidade da administração e a sua proximidade aos usuários - é uma exigência cada vez maior dos cidadãos.

Muitos dos requisitos dos visitantes são similares aos dos residentes: por exemplo serviços públicos de qualidade, um meio ambiente urbano limpo e despoluído, uma oferta adequada de infraestruturas e equipamentos colectivos, e a preservação e valorização do património da cidade. Além disso os visitantes têm outros requisitos, como a oferta ampla e variada de **serviços de restauração**, a existência de **equipamentos de lazer** (cinemas, teatros, campos ou pavilhões desportivos, parques, etc.), a presença de **serviços comerciais**, ligações eficientes entre a cidade e o seu hinterland e parques de estacionamento.

4.5.2 Requisitos de localização das empresas: indústria e serviços

Nas últimas duas ou três décadas os critérios de localização industrial evoluíram significativamente com o aparecimento dos critérios relacionados com aspectos da “nova

competitividade", como por exemplo a disponibilidade de pessoal altamente qualificado, a existência de um ambiente industrial favorável aos negócios e à inovação, excelentes sistemas de transportes e comunicações, etc.

Pode, assim, dizer-se que a indústria moderna atende, na sua escolha de localização, aos seguintes aspectos principais:

- Área de terreno devidamente infraestruturada e acessível, para construção de instalações fabris.
- Acessibilidade aos mercados, em termos não só de proximidade como também de boas ligações a sistemas de transportes e comunicações.
- Existência e disponibilidade de recursos humanos qualificados.
- Preços competitivos de factores como o solo, a mão de obra, a energia e as matérias primas.
- Qualidade dos sistemas de transportes e comunicações existentes.
- Apoio público: governo central e administração local como facilitadores, existência de uma política eficaz de incentivos.
- Bom ambiente de negócios, com serviços comerciais, incluindo feiras; serviços financeiros, serviços avançados, acesso fácil ao mercado de valores, etc.

Além disso, as indústrias de mais forte base tecnológica e em sectores mais inovadorestêm muitas vezes também os seguintes requisitos:

- Existência de um tecido industrial integrado, com fornecedores, indústrias auxiliares e de manutenção, serviços produtivos e centros de investigação, todos relativamente próximos.
- Presença ou proximidade de actividades de I+D.
- Internet de banda larga

Outros critérios importantes incluem a existência de um "meio inovador", a qualidade do ambiente urbano, da formação e da educação, a existência de telecomunicações avançadas, a qualidade da oferta recreativa e cultural e a qualidade dos equipamentos comerciais e de lazer. Para as indústrias do conhecimento é essencial contar com um ambiente urbano no qual os seus quadros se sintam bem, pelo que a qualidade do ambiente urbano desempenha um papel cada vez mais importante na atracção desse tipo de indústrias.

Finalmente, as actividades de serviços requerem espaço a preços razoáveis para a sua instalação e localizações acessíveis, tanto aos residentes à zona de influência rural da cidade (por transporte público e também privado). Além disso, beneficiarão também da existência de parques de estacionamento bem distribuídos pela cidade, para facilitar o acesso dos visitantes e, mais geralmente, das condições que determinam a qualidade de um ambiente urbano, como por exemplo limpeza, boas infraestruturas e equipamentos urbanos, segurança e ordem pública e um urbanismo atractivo.

Tanto pelas suas próprias características como pela sua localização no EDV, entre o Porto, Aveiro e Coimbra, S. João da Madeira parece especialmente bem colocada para atrair e reter

tanto população residente como actividades industriais inovadoras, incluindo indústrias de base tecnológica.

4.6 Tendências na evolução do contexto

A aceleração dos ritmos da inovação e da mudança – tecnológica, económica, social e política – implica que qualquer exercício de planeamento cujo horizonte ultrapasse por pouco que seja o futuro mais imediato tenha que passar por uma reflexão sobre as tendências da mudança e sobre a evolução do contexto externo. Adiante se apresentam algumas considerações sobre as tendências actuais da evolução do contexto externo da economia local de S. João da Madeira. Para facilitar a discussão, tratam-se separada e sucessivamente as tendências económicas, tecnológicas, sociais e político-administrativas. É, no entanto, fundamental ter em conta que todas estas tendências se encontram intimamente relacionadas, a ponto de, em muitos casos, se reforçarem mutuamente.

4.6.1 Tendências no âmbito da economia

Globalização

A globalização a que nos referimos aqui é um fenómeno essencialmente económico, caracterizado por uma quase total liberdade de movimento dos capitais financeiros, com custos praticamente nulos, pela progressiva mas desigual eliminação das barreiras ao livre comércio de bens e serviços e pela homogeneização dos mercados de consumo. Impelidos pelos países ricos e pelos organismos internacionais, estes processos apoiam-se no progresso tecnológico, que se traduz essencialmente numa redução cada vez mais acentuada das barreiras impostas pela distância às relações de todo o tipo, e em particular comerciais.

A velocidade e a dimensão da actual onda de globalização não têm precedentes. Entre 1990 e 2005 o volume do comércio internacional em bens e serviços aumentou de 40 para 60 por cento da produção mundial total e o número de empresas transnacionais duplicou, para setenta mil. A empresa transnacional típica opera agora em dez países, contra quatro em 1990. Em 2005, os fluxos de capital globais ascenderam a mais de seis triliões de dólares norte-americanos, com os mercados emergentes a crescer ao dobro da velocidade dos países desenvolvidos[1].

Assim entendida, a globalização implica por um lado que cada vez será mais difícil proteger as empresas contra a concorrência de empresas estrangeiras só porque aquelas estão mais longe dos mercados, ou se encontram fora das uniões aduaneiras; mas por outro lado, implica também que as empresas capazes de defender e reforçar a própria competitividade poderão

---

[1] S. Dirks, M. Keeling e R. Lyons, "Economic development in a Rubik's Cube world: how to turn global trends into local prosperity". IBM Institute for Business Value, 2008. Pág. 3.

beneficiar de oportunidades cada vez maiores, em mercados que tendencialmente se estendem a todo o planeta.

As economias emergentes e a sua integração no mercado mundial

Uma faceta importante da globalização é a progressiva integração no mercado mundial das chamadas economias emergentes. Muitas destas economias – é o caso, em particular, da China, da Índia e de outros países da Ásia do Sul – caracterizam-se por uma mão de obra muito abundante e com níveis crescentes de educação e de produtividade. As diferenças salariais entre esses países e o nosso[2], combinadas com a crescente abertura dos mercados, tornam insustentáveis as estratégias de empresas portuguesas de continuar a basear a sua competitividade em salários baixos. Além disso, convém recordar que existe em geral na Ásia uma pressão constante no sentido da graduação industrial e tecnológica, com os aumentos de produtividade que tal graduação implica, pelo que as empresas portuguesas necessitarão de acompanhar e se possível antecipar-se a esse processo, apenas para manter a sua actual situação.

Tendências na procura: exigências de qualidade, segmentação dos mercados

Depois dos excessos da publicidade e do "marketing selvagem" das décadas de 60 e 70, assistiu-se no último quartel do século XX a uma verdadeira revolução dos consumidores, os quais, ao mesmo tempo que crescia o seu poder de compra (não só nos países mais ricos mas também em muitos países de rendimentos médios), se tornaram cada vez mais exigentes no que se refere à qualidade dos produtos e à adequação destes às suas necessidades. Por outro lado, e sobretudo devido ao progresso das TIC, os consumidores estão também cada vez mais bem informados, o que pode significar a rápida ascensão – ou queda – das empresas que os servem.

Este fenómeno, juntamente com a massificação do consumo, leva por sua vez a uma segmentação dos mercados de bens de consumo, para satisfazer uma procura cada vez mais diversificada, tanto geográfica como socialmente.

Mudanças na produção

Ao nível da produção também se manifestam tendências para a mudança que são ricas de consequências. A mais importante destas tendências é possivelmente a que corresponde à crescente preponderância do sector terciário nas economias à medida que elas crescem. Esta *terciarização da produção* alcançou já níveis muito altos nas economias mais avançadas, e

---

[2] Apesar de Portugal ter dos salários e custos laborais mais baixos da Europa Ocidental eles são, ainda assim, o dobro ou o triplo dos da Europa Oriental e cerca de dez vezes maiores que os da China.

progride paulatinamente nas outras, incluindo as dos países pobres, com consequências diversas.

Outra tendência importante de longo prazo com impactos sobre a produção é o aumento continuado dos custos da energia e das matérias primas, o qual tenderá sem dúvida a acentuar a tendência a produzir "cada vez mais com cada vez menos", tendência esta apoiada no progresso tecnológico (do qual se falará mais adiante) e na terciarização já referida.

Estratégias industriais de competitividade e novos modelos de negócios

Confrontadas com todos estes desafios, expressos em alterações irreversíveis nos preços relativos dos factores e dos produtos, as empresas são forçadas, para sobreviver, a adoptar novas estratégias para manter a sua competitividade. Entre tais estratégias merecem especial referência as que consistem em encontrar nichos de mercado baseados numa aposta pela qualidade do design e da produção, em prestar uma atenção especial às necessidades dos mercados, detectadas numa interacção para a qual a proximidade física continua a ser importante, em utilizar tecnologias cada vez mais avançadas, ou numa combinação de todas estas estratégias. Também são importantes as estratégias baseadas em novos modelos de negócios, especialmente aquelas em que as empresas desmontam a cadeia de valor e subcontratam actividades produtivas que não podem já realizar elas mesmas, especializando-se cada vez mais em actividades como o design, a comercialização e as relações com os mercados consumidores, que lhes permitem manter o controlo sobre a cadeia de valor e dessa forma manter a própria competitividade.

4.6.2 A inovação tecnológica e as suas oportunidades

Não é este o lugar mais adequado para discutir em pormenor os mais recentes progressos tecnológicos e muito menos fazer a seu respeito um exercício de futurologia. Parece, contudo, importante mencionar de forma muito breve alguns desses progressos, pelas oportunidades de desenvolvimento industrial a que dão origem e pelo seu potencial impacto sobre as economias locais que nelas apostem. Acentue-se no entanto que cumpre às empresas identificar e aproveitar tais oportunidades, limitando-se as entidades promotoras do DEL a um papel de apoio e de criação de condições favoráveis ao desenvolvimento das novas actividades industriais de base tecnológica.

Entre as possibilidades de desenvolvimento industrial de base tecnológica podem distinguir-se fundamentalmente dois grandes grupos: as que correspondem à implementação entre nós de tecnologias recentes mas já bem estabelecidas, e as que correspondem a tecnologias realmente novas, e portanto ainda em fase de desenvolvimento. Em qualquer dos dois grupos, é possível afirmar que na maioria dos casos a ciência em que se baseiam essas inovações tecnológicas é já bem conhecida.

Entre as primeiras contam-se em particular as actividades que correspondem à incorporação e ao aproveitamento das TIC (como sejam por exemplo as actividades relacionadas com a automatização administrativa e industrial, a robótica e as aplicações da Internet e da telefonia móvel[3]), as energias renováveis, os novos sistemas de transporte, etc. Entre as segundas, a biotecnologia, os novos materiais e a nanotecnologia têm um potencial considerável, em alguns casos ainda por realizar.

4.6.3 Tendências sociais

Tendências demográficas

A nível mundial, em 2008 e pela primeira vez na história, mais pessoas vivem em cidades do que fora delas. O crescimento da população urbana acarreta um crescimento correspondente na base de consumidores da economia mundial. Além disso, prevê-se que 94 por cento do aumento da população mundial entre 2000 e 2020 (estimado em cerca de 1,8 biliões de pessoas) ocorra nos países em desenvolvimento. Durante essas duas décadas, a mão de obra na África a sul do Sahara e na Ásia Central e do Sul aumentará de entre 200 e 300 milhões, ao passo que na América do Norte esse aumento será de uns escassos 20 milhões e na Europa e Rússia se prevê uma diminuição de uns 40 milhões.

A nível nacional e regional prevê-se um crescimento lento e um gradual envelhecimento da população. A estas tendências poderá contrapor-se um possível aumento da imigração, do interior para o litoral do país, e do estrangeiro (países de língua portuguesa, países da Europa Oriental). Além disso, S. João da Madeira poderá continuar a experimentar um crescimento maior e uma estrutura etária menos envelhecida do que a média do país ou da região, como tem sucedido até agora.

Maior consciência dos problemas do meio ambiente

À medida que aumenta o rendimento médio *per capita*, as pessoas tendem a adquirir uma maior consciência dos problemas do meio ambiente e a tolerar cada vez menos situações de contaminação e deterioro ambientais. Se isso se passar também em S. João da Madeira é provável que nos próximos dez anos a cidadania local evolua no sentido de uma maior

---

[3] O potencial destes desenvolvimentos é considerável. As novas tecnologias, e especialmente as TIC, difundem-se a um ritmo cada vez mais rápido. Na UE, Estados Unidos, Canadá e Austrália, um trabalhador em cada cinco tem actualmente um emprego relacionado com as TIC. Entre 2000 e 2007 a utilização da Internet mais do que duplicou, para cerca de 1,2 biliões de pessoas, e espera-se que em 2010 atinja os dois biliões. Mais importante, 40 por cento do aumento entre 2000 e 2007 teve lugar na Ásia, e os países em desenvolvimento registaram algumas das mais altas taxas de crescimento. Convém também não esquecer que, à medida que estes consumidores e trabalhadores invadem a economia mundial, as perspectivas das empresas se vão reorientando, deixando muitas vezes de lado os seus mercados tradicionais e dando maior atenção aos mercados emergentes (Dirks *et al.*, *op. cit.*, p. 4).

exigência de qualidade ambiental, possivelmente combinada com uma atitude mais cooperativa e mais responsável no que se refere a questões como a protecção do ambiente, separação de lixos, etc.

Novos estilos de vida

Também é de esperar que ao aumento do rendimento médio esteja associada uma maior diversidade de estilos de vida, alguns dos quais caracterizados por uma maior valorização dos tempos livres, da cultura, dos espectáculos e da criação artística.

4.6.4 Tendências na política e na administração

Transferência de decisões a instancias supranacionais

Uma tendência rica de implicações é a transferência do poder de tomar certas decisões para níveis supranacionais. É o que ocorre por exemplo no caso da União Europeia, que continua a assumir um número crescente de responsabilidades em matéria de política económica (especialmente no que se refere à política agrícola e à política monetária), de política social e de regulamentação de inúmeros aspectos da actividade económica, com o objectivo de realizar uma integração sempre crescente do espaço económico europeu. Mas é também, e igualmente importante, o caso da Organização Mundial do Comércio, a primeira organização internacional com poder para aplicar sanções aos seus membros por incumprimento das suas decisões, que tem vindo a desmantelar as barreiras ao comércio internacional, primeiro no que se refere às mercadorias e agora, de forma crescente, também em relação aos serviços.

Esta tendência significa que há um conjunto importante de instrumentos de gestão da economia e da sociedade portuguesa a que o governo português deixou de ter acesso, a não ser pela influência que sobre eles possa exercer nas instâncias internacionais para onde passou o respectivo controlo.

Descentralização administrativa e cooperação inter-municipal

Ao mesmo tempo, tem-se experimentado também em Portugal uma transferência de poder e capacidade de decisão para os níveis regional e sobretudo local, à medida que o princípio da subsidiariedade vai sendo posto em prática. As administrações municipais são hoje actores de vital importância na vida política, em que desempenham um papel fundamental no reforço da democracia e na sua aproximação aos cidadãos. O mesmo se pode dizer do seu papel na vida económica e social, em que as administrações municipais, cujas responsabilidades antes se limitavam em grande medida ao planeamento físico e ao fornecimento de certos serviços públicos, são actores com um protagonismo crescente no desenvolvimento socio-económico a nível local.

Existem, por outro lado, muitos problemas e situações que se manifestam espacialmente a uma escala que, sem ser propriamente regional, ultrapassa claramente o âmbito estritamente local. É o caso, por exemplo, de certas infraestruturas partilhadas entre municípios vizinhos, de programas de recolha e tratamento de lixos ou de programas de desenvolvimento turístico ou cultural para os quais a dimensão óptima é supra-municipal sem chegar a ser regional. A tendência nestes casos, um pouco por toda a Europa, vai no sentido da realização de acordos de associação inter-municipais para resolver da melhor forma esses problemas ou situações.

Modernização administrativa

O processo de modernização administrativa a que se tem assistido em Portugal tenderá a continuar, traduzindo-se provavelmente em crescente informatização dos serviços, conduzindo a redes cada vez mais bem integradas de sistemas de informação; uma ênfase cada vez maior na qualidade e rapidez do atendimento ao público; e uma tendência crescente para cobrar pelo uso dos serviços públicos tarifas mais estreitamente relacionadas com os respectivos custos.

Cooperação pública – privada

Em paralelo com a modernização da administração pública assiste-se actualmente a um aumento considerável da cooperação entre o sector público e o sector privado. Centrada inicialmente no investimento em infraestruturas e na privatização de certos serviços públicos, estende-se cada vez mais ao desenvolvimento regional e local, especialmente através do apoio ao desenvolvimento das chamadas indústrias do conhecimento (como por exemplo o "software"e a indústria dos semicondutores) e dos ambientes de inovação, ou do apoio público ao desenvolvimento e consolidação de agrupamentos industriais ou "clusters".

Nova cidadania: aumento dos níveis de exigência e da participação política directa

Os cidadãos, cada vez melhor educados e mais bem informados, tendem também a aumentar de exigência em relação aos serviços públicos e à participação mais directa nas decisões que lhes dizem respeito.

A necessidade de coesão social

A solidariedade e a coesão social sempre foram condições de harmonia e paz social. Os efeitos de demonstração associados com a difusão maciça dos meios de informação fazem que os sectores menos favorecidos da população se ressintam cada vez mais da sua situação de marginalidade e de exclusão dos benefícios económicos que as pessoas se habituaram a associar ao estatuto de cidadãos de um país membro dos clubes de nações ricas que são a União Europeia e a OCDE. Este facto, juntamente com os comportamentos que dele decorrem, torna cada vez mais necessário reforçar a coesão social, sobretudo quando os meios

de informação revelam, como aconteceu recentemente, que nesta matéria Portugal se encontra na pior posição entre todos os países da União Europeia.

4.6.5 Mudanças endógenas

Além das tendências externas já mencionadas, a economia de S. João da Madeira sofrerá também a curto ou médio prazo os efeitos de certas alterações com origem em mudanças na própria cidade, como as decorrentes de uma oferta urbana em expansão. A recente conclusão de um centro comercial em S. João da Madeira é um exemplo claro da expansão do primeiro tipo, e a Casa das Artes do Espectáculo, prestes a entrar em execução, do segundo. Ambos estes empreendimentos – e outros, como o planeado Centro de Alto Rendimento Desportivo – aumentam significativamente tanto o grau de centralidade da cidade como os seus atractivos para potenciais novos residentes. Outra alteração importante é a próxima inauguração do Centro Empresarial e Tecnológico, que promete alterar significativamente o panorama industrial da cidade, atraindo e apoiando empresas nascentes orientadas para as novas tecnologias com o fim de diversificar a base económica da cidade.

4.7 Observações finais

O contexto externo, tanto mundial como regional ou local, em que deverá continuar a crescer e a desenvolver-se São João da Madeira, levanta problemas e desafios para os quais será preciso encontrar, cada dia, respostas criativas. A concorrência num mundo cada vez mais integrado cria pressões contínuas que obrigam as empresas e as cidades a actuar constantemente para manter e reforçar a sua competitividade. Pela sua história e localização, pela sua presença no mundo e pela capacidade criativa da sua gente, São João da Madeira encontra-se especialmente bem situado para poder responder de forma cabal a esses desafios. E, na medida em que for capaz de o fazer, com visão e com audácia, ficará também em posição de poder aproveitar as enormes oportunidades que também caracterizam esse mesmo contexto externo.

5 O contexto interno

5.1 Introdução

O objectivo fundamental da análise do contexto interno é explorar a economia e o sistema urbanos do ponto de vista da sua capacidade de satisfazer os requisitos fundamentais da competitividade, por um lado, e da habitabilidade, sustentabilidade e governabilidade, por outro. Com efeito, será essa capacidade que permitirá – ou não – à economia local fazer frente aos desafios externos. De forma análoga e paralela ao que sucede com a análise externa, a análise interna culmina na identificação dos pontos fortes e pontos fracos da economia local os quais, integrados na análise SWOT, constituirão o ponto de partida para a formulação da estratégia de DEL.

Neste capítulo, como já se disse tratar-se-á sucessivamente de demografia e estrutura social, formação, indústria e serviços, transportes, telecomunicações e finalmente solo, habitação e qualidade de vida.

5.2 Demografia e estrutura social

O conhecimento das dinâmicas demográficas, normalmente de longo prazo, dá elementos de informação de uma importância fundamental no que se refere tanto a problemas – actuais e futuros - como a potenciais de desenvolvimento local. Por outro lado, a estrutura social de uma localidade também determina, ainda que de uma outra forma, tanto problemas como potenciais.

São João da Madeira é um concelho pequeno, com uma economia muito aberta, tanto pelo elevado número de pessoas que nele entram todos os dias para trabalhar, como pelos serviços que a cidade presta a um hinterland situado quase integralmente no território dos concelhos vizinhos. Essa abertura, que tudo indica tenderá a aumentar mais que a diminuir, é uma das principais razões que justificam em grande parte das análises que a seguir se apresentam se ter mantido uma perspectiva em que a sub-região do Entre Douro e Vouga aparece de forma saliente.

5.2.1 Aspectos demográficos

De acordo com dados dos *Censos 2001*, São João da Madeira foi um dos concelhos com maior crescimento populacional entre 1991 e 2001, devido a um saldo migratório positivo.

Duas tendências sobressaem da análise da evolução demográfica da população nessa década: a diminuição do número de jovens (dos 15 aos 24 anos) e o aumento do número de pessoas nos grupos etários dos 25-64 anos de 65 e mais anos. Mesmo assim, nos últimos censos as faixas etárias mais jovens ainda apresentaram valores superiores à média nacional (ver Anexo 4).

Em 2006, estas tendências confirmaram-se: comparativamente a 2001, o Concelho registou um aumento populacional (para 21 706 pessoas). Aumentaram o número e a proporção de residentes com mais de 65 anos de idade e diminuíram o número e proporção de residentes nas faixas etárias mais jovens (até aos 24 anos).

O concelho acompanhou a tendência nacional para a diminuição da dimensão média das famílias, apesar de ter aumentado o número de famílias constituídas, relativamente à média nacional. Comparando dados dos censos de 1991 e de 2001, verifica-se que o número de famílias aumentou em cerca de 30%. A estrutura familiar composta por duas pessoas é maioritária em todas as regiões do país, embora em São João da Madeira a estrutura mais frequente seja a família clássica com 3 residentes.

Em suma, trata-se de uma população com uma forte dinâmica de crescimento demográfico em resultado de saldos naturais e migratórios claramente positivos[4]. Apesar de algum envelhecimento - que, aliás, se situa muito aquém da média nacional - é ainda uma população relativamente jovem.

5.2.2 Estrutura social

Principais problemas

Os principais problemas sociais diagnosticados são a desestruturação familiar (famílias monoparentais, violência doméstica, desemprego e precariedade laboral, alcoolismo/toxicodependência e inadequação entre a vida familiar e a vida profissional, entre outros), as carências ao nível de equipamentos e serviços de ocupação de tempos livres, a falta de enraizamento cultural da população mais jovem e a ausência de hábitos culturais, que se caracterizam por práticas receptivas no espaço doméstico e práticas de consumo.

Educação

O **insucesso escolar** tende a aumentar a partir do início do 3º Ciclo do Ensino Obrigatório, o que provavelmente estará relacionado com a desmotivação face à escola e com a entrada precoce no mercado de trabalho.

No que respeita às **habilitações literárias** da população do Concelho, de acordo com dados dos *Censos 2001*, o 1º ciclo completo é a habilitação mais frequente (para 23,5% da população residente). Em 2001, no grupo etário dos 25 aos 34 anos, por exemplo, 45,2% dos indivíduos não tinha concluído o 9º ano de escolaridade.

[4] De notar ainda que existe uma elevada frequência de deslocações diárias, de pessoas que entram na cidade para trabalhar, para fazer compras ou frequentar estabelecimentos de ensino. Estas deslocações exercem uma pressão considerável sobre os equipamentos do Concelho. Segundo dados do Centro de Saúde, em 2002 estavam inscritos 5 162 utentes com residência fora da área do Concelho.

Os maiores estrangulamentos na área da educação são o número considerável de indivíduos sem aproveitamento no Ensino Secundário (no ano lectivo de 1999/2000 a percentagem foi de 33,3%), a taxa de saída antecipada[5] de 24,7% e a alta taxa de saída precoce,[6] que em 2001 era de 45,8%.

Dependências

Um outro problema detectado no Diagnóstico da Rede Social prende-se com o **alcoolismo** e a **toxicodependência** no Concelho de São João da Madeira.

Em 2007 estavam inscritos no Centro Regional de Alcoologia do Centro 164 indivíduos de S. João da Madeira. Em 2008, no Centro de Saúde de S. João da Madeira, estavam referenciados 107 alcoólicos.

Relativamente a utilizadores de droga, em tratamento estão referenciados 220 indivíduos e não integrados em tratamento estão referenciados 160 indivíduos. No que respeita a jovens com consumos recreativos (na sua maioria do sexo masculino com idades entre os 12 e os 20 anos), foram identificados cerca de 120 jovens.

Emprego e desemprego

Comparativamente ao ano de 1991, em 2001 a população activa do Concelho aumentou. No que se refere às suas habilitações, a população activa do Concelho apresenta características bastante próximas das nacionais, e melhores do que as da Região Norte e do Entre Douro e Vouga, com proporções mais baixas de população activa com habilitações até ao 2º ciclo e mais elevadas de população com o 3º ciclo ou superior. Cerca de metade da população economicamente activa (51,2%) possui o 3ºciclo, o secundário ou o superior; no entanto, é de salientar que, **em 2001, 48.6% da população activa não tinha a escolaridade obrigatória.**

No que respeita à variação da população activa por sector de actividade no período de 1991 a 2001, é de salientar que no sector secundário se assistiu a uma variação negativa. Esta tendência é acompanhada em Portugal, na região Norte e na sub-região EDV. A taxa de actividade (que define o peso da população activa sobre o total da população) sofreu também um acréscimo de 1991 para 2001, devido a um aumento significativo da taxa de actividade feminina, a qual continua, no entanto, a ser inferior à masculina.

Em São João da Madeira, concelho urbano fortemente industrializado, verifica-se uma elevada percentagem de emprego concentrado no sector secundário (54%). Esta tendência é acompanhada pela sub-região EDV, mas o mesmo não se passa na região Norte, na qual a

---

[5] Taxa de Saída Antecipada – total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3º Ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

[6] Taxa de Saída Precoce – total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o Ensino Secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

terciarização das actividades parece ter avançado mais. A proporção do sector terciário é ainda inferior à média nacional, mas bem superior à verificada no Entre Douro e Vouga, apesar de se notar igualmente um crescimento deste sector na sub-região.

Em relação ao desemprego no Concelho de São João da Madeira, e em resumo:

- O desemprego parece incorrer num processo de agravamento a partir de 2001 (embora com um decréscimo a partir do final de 2006), aproximando-se do valor das taxas de desemprego nacionais e da Região Norte. De acordo com as estatísticas do Centro de emprego, em 2001 estavam inscritos no desemprego 630 indivíduos (Dezembro) e no mês homólogo em 2007 estavam inscritos 773. O valor mais elevado foi atingido em Dezembro de 2005 com 1127 inscritos.
- A população activa feminina parece ser a mais afectada, verificando-se taxas de desemprego feminino bastante elevadas.
- São João da Madeira apresenta pequenas alterações no número de desempregados (por mês e ano), o que indica a permanência de níveis elevados de desemprego e revela o seu cariz estrutural.
- Apesar da existência de fenómenos conjunturais associados ao desemprego, evidenciam-se algumas componentes estruturais: população com baixas qualificações, empresas pouco flexíveis e resistentes às novas tecnologias, etc.
- Tendo em conta a dependência mútua (em termos de emprego), entre São João da Madeira e os concelhos vizinhos (em especial Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis) e considerando o aumento do desemprego em todos estes concelhos, projecta-se o emergir de problemas sociais decorrentes do desemprego em toda a sub-região de Entre Douro e Vouga.

5.2.3 Espaços de habitação social

Em 2005 e 2006 foi elaborado pela Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de São João da Madeira (actual Divisão de Acção Social e Inclusão) um Estudo Socio-Habitacional do Concelho, com a aplicação de 674 inquéritos por questionário à população residente nos Bairros Sociais da cidade.

De entre as principais conclusões salientam-se as seguintes:

- A maior parte dos elementos dos agregados familiares estudados é proveniente do concelho de São João da Madeira, seguido dos restantes concelhos do Entre Douro e Vouga.
- A análise da relação entre a tipologia da habitação e o número de residentes por fogo revela alguma sub-ocupação das habitações. Existe uma feminização dos agregados familiares dos Bairros.
- As baixas habilitações literárias – 1.º Ciclo - são transversais à população estudada.
- 6% dos indivíduos encontram-se *incapacitados para o trabalho*. O número de *reformados* e de incapacitados, combinado com o volume de *desempregados*, *estudantes* e *domésticas* reflecte uma alta taxa de indivíduos que declaram não ter actividade profissional.
- A maioria dos indivíduos pertence ao operariado industrial, de acordo com a Classificação Nacional de Profissões.
- 38% dos inquiridos declarou que a sua fonte de rendimento principal provém de remessas de emigrantes. O salário é a principal fonte de rendimento de 21% dos indagados.

- A maioria dos inquiridos afirma que o *rendimento chega com dificuldade* para as despesas.
- A área da saúde é uma das áreas onde se regista um grande número de despesas, causando fortes desequilíbrios no orçamento familiar.

Entre os bairros onde existe um número mais elevado de crianças (dos 0 aos 12 anos) encontram-se os de Fundo de Vila e do Orreiro. Em relação à educação destes menores, foram diagnosticados abandono e absentismo escolares, bem como situações de insucesso escolar, relacionado com dificuldades de aprendizagem. Ao mesmo tempo, assiste-se a uma desvalorização da importância da escola por parte das famílias, atraídas pelas vantagens imediatas da entrada dos jovens no mercado de trabalho.

Neste momento, dada a existência de equipamentos para as crianças e jovens no período diurno, o principal estrangulamento é a inexistência de respostas entre as 20h e as 24h, horário correspondente à ausência dos pais, por motivos profissionais. Tais respostas permitiriam libertar os pais para a vida profissional, uma vez que, neste momento, muitos se vêem na impossibilidade de trabalhar por turnos (vendo-se obrigados, por este motivo, a recusar ofertas de emprego), dada a inexistência de um local onde as suas crianças possam permanecer em segurança durante parte da noite.

Além do Orreiro / Fundo de Vila e da Mourisca / Parrinho, outros locais onde existem situações de maior vulnerabilidade social são a Praça Luís Ribeiro (local de paragem de toxicodependentes), Ribeiros, Devesa Velha, Fontaínhas e Ponte.

5.2.4 Serviços sociais e atendimento a grupos excluídos

Em São João da Madeira o atendimento social está dividido em duas zonas: a Norte, o Centro Comunitário da Associação de Jovens Ecos Urbanos acompanha os casos sociais existentes, ao passo que o Centro Comunitário Porta Aberta, da Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira, acompanha as famílias da zona Sul do concelho.

O acompanhamento das situações mais problemáticas existentes nos bairros sociais é realizado pela Câmara e pela Habitar São João. Outros casos são ainda acompanhados pelas Conferências, pela Cruz Vermelha e por várias outras organizações.

Das famílias que estão a ser acompanhadas pelos serviços de atendimento social, há um número elevado de casos que apresentam situações de carência económica e/ou de má gestão do orçamento familiar. Nestas famílias, embora não exclusivamente, ocorrem situações de negligência familiar em relação às crianças e jovens, algumas sinalizadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Os principais motivos da intervenção desta Comissão foram os seguintes:

- **crianças dos 0 aos 5 anos:** negligência (21); exposição a modelos de comportamento desviante (9); maus-tratos físicos (9); uso de estupefacientes pelos

pais (8); maus-tratos psicológicos/abuso emocional (8); mendicidade (4) e abandono (2);

- **crianças dos 6 aos 10 anos:** negligência (25); maus-tratos psicológicos/abuso emocional (10); maus-tratos físicos (7); exposição a modelos de comportamento desviante (6); abuso sexual (2); abandono escolar (1); prática de facto qualificado como crime (1) e uso de estupefacientes pelos pais (1);

- **crianças dos 11 aos 12 anos:** negligência (16); abandono escolar (8); maus-tratos físicos (3); prática de facto qualificado como crime (2) e problemas de saúde (1);

- **crianças dos 13 aos 14 anos:** prática de facto qualificado como crime (10); abandono escolar (9); maus-tratos físicos (5); negligência (3); exposição a modelos de comportamento desviante (2) e uso de estupefacientes (1);

- **crianças com mais de 15 anos:** abandono escolar (13); abuso sexual (1); exposição a modelos de comportamento desviante (2); maus-tratos físicos (4); negligência (1); prática de facto qualificado como crime (15) e problemas de saúde (5).

A maior parte dos casos sinalizados pela CPCJ de São João da Madeira encontram-se em Fundo de Vila, Orreiro ou no Centro da cidade.

A Rede Social

Uma das prioridades da Rede Social do Concelho é a prevenção das situações de exclusão/vulnerabilidade social. Neste sentido, a Rede desenvolveu, ao longo da sua intervenção, vários projectos neste sentido, a saber:

- O **Projecto Mudar de Vida** assenta na prevenção da violência doméstica e da negligência familiar, disponibiliza informação, presta apoio psicossocial e pretende promover sessões de esclarecimento sobre violência doméstica e igualdade de género.
- O **Banco de Recursos Municipal** tem como objectivo a redução dos índices de pobreza e de exclusão social do Concelho. Para o efeito promove campanhas regulares de angariação de alimentos, envolvendo no processo diversas superfícies comerciais e munícipes.
- O **Projecto Nós Jovens**, de prevenção primária em meio escolar, conta com a colaboração das Escolas do Concelho e actua ao nível das dependências e das temáticas da sexualidade, VIH/SIDA e outras DST's, utilizando como principais metodologias a educação pelos pares, a dinamização de aulas de formação cívica, comemoração de dias temáticos e desenvolvimento de actividades voltadas para a comunidade.

Outra prioridade da Rede Social é a intervenção junto da população sénior que se concretiza no **Plano Municipal de Gerontologia,** o qual envolve várias actividades de mobilização e apoio a essa população.

No âmbito dos grandes pilares do Plano de Desenvolvimento Social, foram também criados os quatro projectos seguintes:

- O **ESPAÇOe – Apoio à Iniciativa Empresarial** envolve diversos parceiros com intervenção no mesmo território e assume como máxima de acção fomentar a cooperação empresarial, socorrendo-se de um sistema municipal de difusão de informação para empresários e empreendedores e desenvolvendo iniciativas potenciadoras de inovação e empreendedorismo.
- As **Lojas do Emprego e da Qualificação**, que abarcam igualmente diferentes actores institucionais, públicos e privados, disponibilizam acompanhamento pessoal e

personalizado, uma bolsa de emprego (com ofertas de emprego disponíveis) e sessões de esclarecimento sobre (re)inserção profissional, entre outras acções de máxima importância nesta matéria.

- Também integrado no eixo de intervenção do EFEI, o **Observatório do Emprego, Educação e Formação Profissional** pretende diagnosticar as necessidades do Concelho ao nível do emprego, educação e formação profissional, divulgando a informação recolhida junto da comunidade local e informando-a sobre os recursos disponíveis no Concelho nas áreas acima destacadas.
- No que diz respeito às **Estruturas de Apoio à Conciliação entre a Vida Profissional e a Vida Familiar**, o princípio basilar subjacente à actividade deste Grupo de Trabalho reside na criação e implementação de novas soluções partilhadas, que respondem às actuais necessidades das famílias, tendo por base os condicionalismos da vida laboral.

5.3 A oferta de formação

Este tema é tratado no Anexo 5 ao presente relatório. Apresenta-se abaixo apenas um resumo daquele anexo:

- No âmbito da formação profissional e da estrutura das qualificações profissionais, S. João da Madeira e o EDV apresentam características semelhantes às do contexto nacional: baixos níveis de escolaridade e de qualificações da população activa, obsolescência dos saberes adquiridos, ausência de uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.
- O sistema nacional de educação e formação profissional não garante uma articulação efectiva com o meio empresarial, não proporcionando o tipo de competências profissionais adequadas às necessidades das empresas e da sociedade.
- O ensino técnico, profissional e tecnológico tem sido desvalorizado em detrimento de percursos educativos generalistas; as profissões técnicas, de gestão e serviços avançados são apontadas como as áreas a privilegiar face às previsões de criação de emprego a nível europeu.
- São necessárias mudanças de estratégias e de atitudes face ao trabalho (reorganização de empresas, adopção de perspectivas de desenvolvimento de competências ao longo da vida) que permitam a criação conjunta por parte dos actores sociais de percursos de intervenção activa, dinamizadores dos sistemas de Educação e Formação e promotores do Conhecimento efectivo.

S. João da Madeira e Entre Douro e Vouga

- Os jovens do EDV optam essencialmente por percursos escolares nas escolas secundárias, apesar da frequência de cursos tecnológicos na Sub-Região ser superior à média nacional; é ainda notório o défice de cursos profissionais na região.
- É prioritário o reforço da formação de técnicos intermédios para ajustar a vocação profissional dos jovens ao desenvolvimento empresarial local; a implantação da Escola Superior Aveiro Norte na região e o desenvolvimento de Cursos de Especialização Tecnológica (CET´s) em áreas específicas, poderão ser passos importantes para a construção de competências técnicas de nível intermédio.
- Regista-se um desequilíbrio entre as necessidades de formação e a oferta formativa existente, apelando à definição de um plano de desenvolvimento integrado do emprego e das qualificações profissionais, bem como à criação de um organismo intermunicipal de identificação das necessidades formativas, dos perfis profissionais e da oferta formativa local.

- As pequenas empresas existentes na região têm dificuldade em dispensar colaboradores para a frequência de acções de formação, o que indica um desajuste entre a oferta formativa e as necessidades das empresas locais (conteúdo, horário, modalidade).
- Existem resistências à Formação Profissional, quer por parte dos empresários quer por parte dos trabalhadores e da população desempregada; é por isso necessário actuar ao nível das atitudes e das resistências perante a formação profissional.
- Coexistem perspectivas opostas relativamente às atitudes perante o trabalho e Formação Profissional; algumas organizações testemunham comportamentos positivos por parte da população activa desempregada.

5.4 A economia local: indústria e serviços

5.4.1 Estrutura e dinâmica da actividade económica

S. João da Madeira é um concelho urbano, cuja base económica é constituída por indústrias que exportam a maioria da sua produção mas também, e cada vez mais, pelos serviços que a cidade presta ao seu hinterland, situado em grande parte nos concelhos limítrofes de Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis.

O mercado do trabalho

Em termos de emprego, a estrutura sectorial é dominada pela indústria, embora a crescente centralidade de S. João da Madeira se afirme e exprima num forte sector comercial e de serviços. Em 2005, das 14.576 pessoas ao serviço em actividades económicas no concelho, cerca de 62% trabalhavam no sector secundário e 38% no terciário. As micro e pequenas e médias empresas dominam o panorama do emprego em S. João da Madeira, com quase 74% dos trabalhadores.

Uma análise das habilitações dos trabalhadores por conta de outrem revela que 27% têm o 1º ciclo do ensino básico, 29% não ultrapassam o 2º ciclo e 18% o 3º ciclo; apenas 15% detêm um nível de habilitações ao nível ensino secundário; para o ensino superior encontram-se valores ainda mais baixos, com apenas 2% no escalão de bacharelato e 6% na licenciatura.

Estes números são especialmente importantes quando se considera a necessidade de reorientar e modernizar a indústria local com base na tecnologia e nas indústrias do conhecimento, porque indicam claramente que essa modernização exigirá um considerável esforço de formação e qualificação da mão de obra industrial.

Estrutura sectorial da actividade económica

Em números de estabelecimentos, dados do INE indicam que em 2005, do número total de estabelecimentos em S. João da Madeira, 85% eram micro-empresas com menos de 10 colaboradores.

Segundo o INE, em Dezembro de 2006 existiam em S. João da Madeira 3.660 empresas, das quais 23,4% exerciam a sua actividade no sector secundário, enquanto as restantes 76% pertenciam ao sector terciário; o maior grupo, 37,5%, pertencia ao sector do comércio por grosso e a retalho, seguido das actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas com 17,4% e das indústrias transformadoras com 16,9%.

A importância do sector terciário em S. João da Madeira está relacionada com duas características importantes da cidade. Por um lado, o concelho ocupa uma posição central no eixo urbano que une Oliveira de Azeméis a Santa Maria da Feira. Esta centralidade converte-o no centro de serviços preferido por muita da população daqueles dois concelhos, e é de prever que a sua posição se mantenha ou mesmo se reforce com o passar do tempo. Por outro lado, o concelho assegura um conjunto de serviços qualificados em matéria de comércio, de serviços às empresas e de formação que o distingue dos centros urbanos vizinhos e contribui para capitalizar a dinâmica industrial presente na região. A estrutura de serviços traduz uma clara especialização, com um grande número de empresas ligadas à fileira industrial local do calçado e prestando uma diversidade de serviços que incluem a fotografia publicitária, o CAD/CAM, o design/modelismo, os agentes de compras, as tradings e a comercialização de máquinas para o calçado. Esta concentração de serviços dirigidos ao sector industrial do calçado desencadeou também uma dinâmica noutras áreas de serviços mais horizontais, designadamente as auditorias e as consultadorias na área da gestão e da organização.

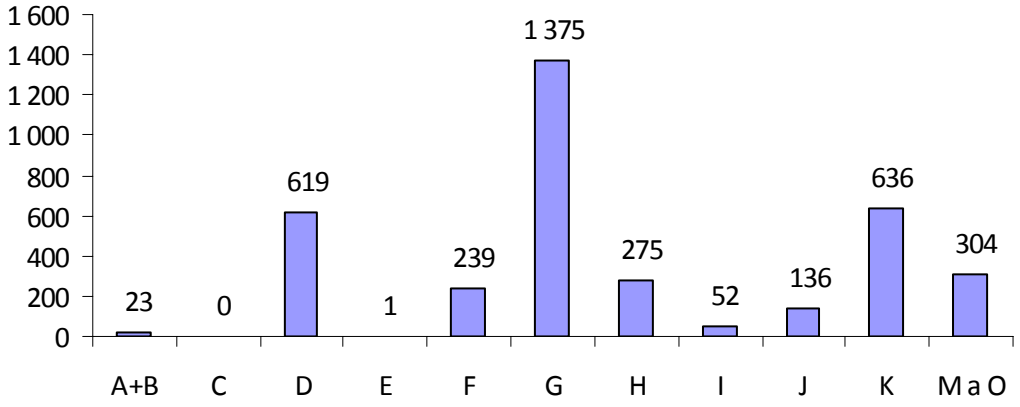


Figura 2: Número de empresas em S. João da Madeira, segundo a CAE Rev.2.1, 2006

Legenda:

A	Agricultura, Produção animal, Caça e Silvicultura
B	Pesca
C	Indústrias Extractivas
D	Indústrias Transformadoras

E	Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água
F	Construção
G	Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico
H	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)
I	Transportes, Armazenagem e Comunicações
J	Actividades Financeiras
K	Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
M a O	Educação, Saúde e Acção Social e Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais

A distribuição das empresas da indústria transformadora evidencia claramente a importância do sector do calçado em S. João da Madeira, com 47% dessas empresas a desenvolverem actividades relacionadas com o couro e produtos do couro (CAE DC - ver Fig. 3).

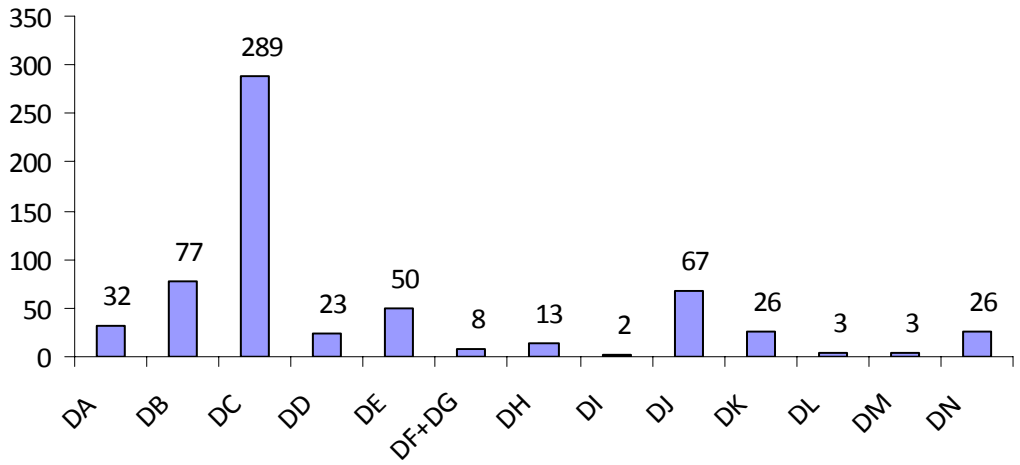


Figura 3: Empresas da indústria transformadora em S. João da Madeira, segundo a CAE Rev. 2.1, 2006

Legenda:

DA:	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
DB:	Indústria têxtil
DC:	Indústria do couro e dos produtos do couro
DD:	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras
DE:	Indústria de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão
DF:	Fabricação de coque, prod. petrolíferos refinados e combustível nuclear
DG:	Fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas ou artificiais
DH:	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
DI:	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
DJ:	Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
DK:	Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e
DL:	Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
DM:	Fabricação de material de transporte
DN:	Indústrias transformadoras, n.e.

Em 2005, as sociedades sediadas em S. João da Madeira tinham um volume de negócios total de 997 milhões de euros, o que coloca o concelho em número 20 no país. O principal sector responsável por este volume de negócios era o da indústria transformadora com 61,7% do total, seguido do sector do comércio por grosso e a retalho, com 24.5%. No Anexo 6 compara-se a distribuição dos trabalhadores, o número de sociedades e o volume de negócios para obter informação sobre a estrutura das actividades da indústria transformadora. Sem entrar em pormenores, pode dizer-se que essa estrutura é caracterizada pela presença, por um lado de um sector de especialização tradicional com afirmação relativamente recente na

economia portuguesa (calçado e componentes para calçado), com um grande número de micro e pequenas e médias empresas caracterizadas por produtividades relativamente baixas e, por outro lado, de um número reduzido de unidades de média e grande dimensão em sectores como a metalúrgica de base, borracha, plásticos, produtos metálicos, máquinas e equipamentos, com muito maiores produtividades.

Comércio internacional

No que se refere ao comércio internacional, a balança de pagamentos de S. João da Madeira apresenta um saldo positivo (ver Anexo 6). A tendência actual para a deslocalização de certas actividades produtivas associada aos novos modelos de negócios poderá ter alguns efeitos negativos sobre a situação da balança comercial local, embora esses efeitos tendam a ser menos importantes que os efeitos da mesma deslocalização sobre o emprego local.

5.4.2 Indústria e inovação

A inovação é essencial para a manutenção e reforço da competitividade, tanto das empresas como das economias locais. Na economia de S. João da Madeira, a indústria transformadora desempenha na economia um papel tão dominante que inovação significa em grande parte inovação industrial. Parece, por isso, importante discutir a situação actual da indústria sanjoanense do ponto de vista da inovação, e perguntar até que ponto as condições dominantes no concelho favorecem a inovação industrial.

Analisando alguns indicadores referentes às empresas, destaca-se o baixo valor da proporção de emprego total em actividades TIC (tecnologias de informação e comunicação), em 2005: cerca de 1,4%, contra para 3,1% Portugal e 2,2%para a região Norte. De igual modo, a proporção de emprego em indústrias transformadoras de média e alta tecnologia era de apenas 4%, o valor mais baixo do Entre Douro e Vouga.

Apesar de no concelho existir uma boa cobertura de Internet de banda larga – e de a municipalidade estar a estender essa cobertura a todo o concelho – a taxa de penetração parece ainda reduzida.

No que se refere à inovação empresarial, do investimento total apoiado pelo Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME) entre 2000 e 2006, "…apenas uma minoria se relaciona de forma directa com actividades de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), através dos Programas NITEC (Sistema de Incentivos à Criação de Núcleos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico no Sector Empresarial) e IDEIA (Investigação e Desenvolvimento Empresarial Aplicado) […]. Para além disso, não existem registos de apoios concedidos a qualquer tipo de projecto relacionado com Inovação em S.

João da Madeira no âmbito do SIME Inovação)"[7]. A maioria das indústrias de S. João da Madeira parece ter tido até agora comportamentos relativamente pouco inovadores, não tirando mesmo pleno partido das oportunidades que se lhes foram oferecendo nesta matéria.

Nem tudo é, porém, negativo nesta matéria. Existe, por exemplo, um pequeno mas significativo grupo de empresas industriais (em sectores como por exemplo o das máquinas para o fabrico de calçado), com uma forte capacidade de inovação, que as coloca na vanguarda dos respectivos sectores. Existe também um conjunto de empresas em sectores mais tradicionais que dão mostras de grande capacidade de inovação e adaptação em aspectos como a organização e gestão, o design, os novos materiais ou a utilização de novas tecnologias para realizar uma melhor integração e flexibilização de processos como a concepção, venda e fabrico. Umas e outras justificam um certo optimismo acerca da capacidade de inovação da indústria de S. João da Madeira, sobretudo atendendo a que existem no concelho algumas condições – ainda que, infelizmente, não todas – bastante favoráveis a essa inovação.

5.4.3 Condições para a inovação industrial

a) Condições favoráveis

Entre as condições favoráveis à inovação industrial em S. João da Madeira podem mencionar-se como mais importantes as seguintes (ver Anexo 6):

- **Existência e qualidade de infra-estruturas produtivas:** existem na cidade várias zonas industriais bem infraestruturadas, com bons acessos e ainda com possibilidades de expansão significativas.
- **EDV digital, banda larga sem fios.**
- **Espírito empreendedor, capacidade de correr riscos**.
- **Tradição industrial, cluster do calçado:** a tradição de desenvolvimento industrial implica a existência no concelho de serviços de apoio à produção e aos negócios e criam um potencial de inovação importante, na medida em que por exemplo os custos e riscos associados à aquisição e implementação de novas tecnologias podem ser efectivamente partilhados entre os membros do cluster.
- **Proximidade a centros de I+D e de inovação tecnológica:** Porto, Aveiro e Coimbra, pólos universitários, de conhecimento de primeira importância no país, com ofertas de formação e ensino profissional, investigação científica e tecnológica e fortemente orientados para as necessidades do desenvolvimento industrial.
- **Clube dos Empresários:** com a sua missão de "contribuir para que a Cidade de São João da Madeira se torne uma Cidade de vanguarda tecnológica, em termos de progresso e bem estar sociais, incentivando e promovendo o espírito empreendedor e a excelência empresarial", constitui um precioso recurso do concelho, facto este aliás plenamente reconhecido pela Câmara Municipal.

---

[7] Sociedade Portuguesa de Inovação, *Programa de Inovação e Competitividade para o Concelho de S. João da Madeira – Perspectiva Empresarial e Tecnológica.* S. João da Madeira, Julho de 2007, p. 32.

- **Centro Empresarial e Tecnológico:** destinada a criar um ambiente favorável aos empreendedores inovadores, esta iniciativa estruturante tem um potencial de inovação considerável.

b) Condições desfavoráveis

Há também algumas condições menos favoráveis à inovação, entre as quais:

- **Fracas habilitações literárias e baixos níveis de formação da mão de obra industrial:** desvantagem ainda agravada pela relativa escassez de certos tipos de formação profissional, muito procurados pela indústria, como sejam as formações de operários especializados (em temas como a electromecânica, soldadura, robótica e automação, por exemplo) ou as formações de quadros intermédios.
- **Excessiva concentração da indústria em sectores tradicionais**, onde mais frequentemente se encontram atitudes negativas em relação à mudança e à inovação.
- **Empresários com pouca formação e qualificação profissional**.
- **Atitudes dos empresários:** as atitudes de muitos empresários de S. João da Madeira (individualismo, falta de confiança nos outros) não são sempre as mais conducentes à cooperação entre empresas e à partilha dos riscos e dos custos associados à inovação, uma vez que dificultam a comunicação e a colaboração necessárias para essa partilha. Também deste ponto de vista, associações como o Clube de Empresários podem desempenhar um papel de uma importância vital ao contribuir para aumentar a confiança e os hábitos de cooperação entre os empresários.

5.4.4 Apoios públicos à economia local

No Anexo 6, secção 4, discutem-se vários tipos de apoios públicos que podem ser mobilizados ao serviço das economias locais e do seu desenvolvimento. Eles incluem programas de âmbito nacional como os sistemas de incentivos às empresas criados no âmbito do QREN para promover a inovação e o desenvolvimento regional e programas geridos a nível local como o programa SJM FINICIA. Uns e outros desempenham, ao menos potencialmente, um papel crucial na facilitação da inovação industrial.

5.5 Sistemas de transporte

5.5.1 Infraestruturas e redes de transporte

A acessibilidade sempre desempenhou um papel fundamental na centralidade de um lugar. Factor determinante na organização do espaço geográfico e administrativo do território nacional, que levou ao aparecimento e crescimento de áreas urbanas nos nós das principais redes de transporte, assume-se hoje como factor decisivo na forma como as cidades se desenvolvem e interagem com o território envolvente.

A rede ferroviária que jogou um papel determinante da estruturação do território durante grande parte do século XX perdeu, nas últimas décadas, esse papel a favor do transporte rodoviário. Assistiu-se recentemente ao reforço do papel do “comboio frequente”, seja como comboio suburbano e metropolitano, seja como metro de superfície, e reassumiu-se como prioritária a ligação de Portugal à rede europeia de alta velocidade.

A acessibilidade é função, cada vez mais, da variável tempo associada à velocidade, em detrimento da distância. A rede de alta capacidade rodoviária, construída em grande parte com apoios europeus (IP's, IC's e vias de cintura,) torna-se factor estruturante do território, promovendo a coesão e o inter-relacionamento entre os centros urbanos afectados e reforçando a centralidade dos aglomerados localizados junto dos seus nós de acesso.

Para compreender a problemática dos transportes na AMP é necessário ter em conta a sua estrutura urbana, essencialmente polinucleada, de matriz muito diversificada, com cidades que distam alguns quilómetros do centro do Porto:

- As três cidades centrais responsáveis pelo maior contínuo urbano – Porto, Gaia e Matosinhos – têm cerca de 35% da população residente e apresentam densidades 4 a 5 vezes mais elevadas do que a média metropolitana.
- Neste núcleo mais denso, tem-se verificado um aumento crescente do congestionamento, demorando as soluções bem estruturadas do lado dos transportes públicos, em parte também devido à dispersão territorial da nova urbanização a par da desertificação habitacional nos centros das cidades.
- As zonas litorais apresentam melhores acessibilidades e melhor rede viária favorecendo o transporte individual, mas também maior frequência de transportes colectivos, quer de operação local, quer de atravessamento.
- Nas zonas mais interiores os baixos níveis de procura não permitem o estabelecimento de transportes com o mínimo de eficiência económica, criando-se um ciclo vicioso de recurso ao transporte individual que impede o crescimento da procura do transporte colectivo.
- A estrutura viária ainda obriga a que grande parte do tráfego Norte-Sul cruze a Área Metropolitana de Porto.
- Existe em todos os concelhos uma elevada taxa de motorização.

5.5.2 As infraestruturas de transporte da AMP

Uma área metropolitana deve, em primeiro lugar, cumprir funções de articulação do seu hinterland com o exterior. Esta função é especialmente relevante no caso da AMP, por estar inserida na região peninsular cuja economia mais dependente se encontra das exportações. Neste domínio os equipamentos de que dispõe a AMP, e os serviços por eles fornecidos, são relativamente adequados em escala e funcionalidade:

- Um aeroporto bem localizado, moderno e com um leque de ligações razoável, que oferece bons níveis de serviços, os quais melhorarão muito após a sua imprescindível inserção no sistema de alta velocidade ferroviário do litoral atlântico da Península.
- Um sistema portuário bem desenvolvido.
- Ligações rodoviárias de boa qualidade e acessibilidade, faltando apenas terminar a transformação do IP4 em Auto-estrada para que a rede fundamental esteja concluída.
- Ligações ferroviárias internacionais por agora incipientes.

No que se refere à conectividade intra-metropolitana, durante os últimos dez anos foram realizados grandes investimentos no sector das infra-estruturas rodoviárias, os quais transformaram por completo a estrutura da rede viária da AMP. Estes melhoramentos têm

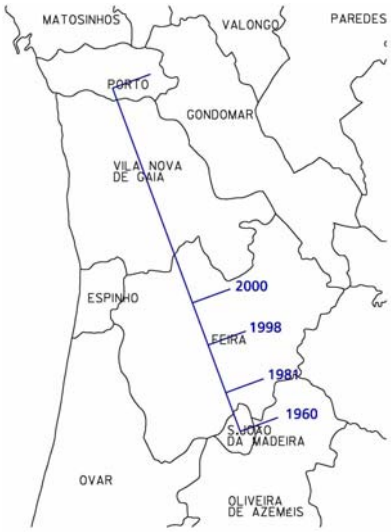
servido de suporte ao desenvolvimento de uma mobilidade de pessoas e mercadorias, maioritariamente assente no transporte rodoviário privado; ora, o aumento dos índices de motorização (e de utilização do automóvel) para níveis bastante elevados à escala europeia, que decorre fundamentalmente da melhoria do nível de vida nas últimas décadas, tem originado um crescimento notório dos níveis de congestionamento urbano, com reflexos na perda de algum do recente ganho nos tempos de deslocação interurbana.

Apresenta-se no mapa abaixo a malha rodoviária actualmente existente na AMP.

5.5.3 A situação de São João da Madeira

Acessibilidade exterior

O esquema abaixo demonstra o modo como a melhoria dos transportes e das vias de comunicação tem contribuído para aproximar São João da Madeira do Porto, em termos de distância - tempo, permitindo um aprofundamento das interacções regionais.



Rede rodoviária

O rápido desenvolvimento urbano registado durante uma parte importante do século XX foi favorecido pela localização privilegiada de SJM relativamente à Estrada Nacional 1 e ao IC2 que contribuem para uma fácil ligação Norte/Sul e ao seu cruzamento com as Estradas Regionais 327 e 227, que fazem a ligação Nascente/Poente. No entanto, a construção da auto-estrada A1 e mais recentemente do IC1, juntamente com o aumento do tráfego automóvel e aos congestionamentos nas principais vias de acesso a estas vias rápidas, têm contribuído para uma degradação da acessibilidade de S. João da Madeira.

Encontra-se já aprovada, embora ainda em fase de projecto, a construção de duas novas auto-estradas que se pretende venham a permitir a recuperação da acessibilidade de S. João da Madeira através do reforço das ligações Norte/Sul e Nascente/Poente.

Rede ferroviária

Ao proporcionar-lhe uma acessibilidade acrescida desde a sua inauguração em 1908, a linha do Vale do Vouga desempenhou um papel fundamental na industrialização de São João da Madeira. No entanto, a falta de investimento na manutenção e remodelação daquela linha contribuíram para o seu rápido envelhecimento e desajustamento, que levou já ao encerramento de alguns troços de via e da quase totalidade das estações. Além disso, por ser uma linha de bitola estreita, não permite uma completa interligação à linha do Norte o que, juntamente com o esquecimento a que tem sido votada, a transformou numa linha de âmbito meramente sub-regional. A recente proposta de reforço da circulação ferroviária dentro do concelho (comboio frequente), e a criação em curso de uma plataforma multimodal (terminal ferroviário e rodoviário), poderão permitir um reforço da capacidade e eficiência dos transportes públicos.

Acessibilidade interior

Têm vindo a acentuar-se alguns pontos críticos nos horários e locais onde se regista maior afluxo de pessoas. Os congestionamentos coincidem com a hora de ponta da manhã (8:20h às 9:45h) e da tarde (17:30h às 18:30h) ocorrendo nos nós de acesso às zonas industriais, às escolas e na confluência da Av. Dr. Renato Araújo com a Rua João de Deus.

A recente implementação dos Transportes Urbanos de S. João da Madeira (TUS), através da criação de 2 linhas (linha verde e linha azul), pretende reforçar o hábito da utilização dos transportes públicos e, consequentemente, contribuir para o descongestionamento das principais vias.

O problema do estacionamento no centro da cidade foi recentemente solucionado através da sua limitação com a colocação de parquímetros e com a criação de dois parques de estacionamento subterrâneos de iniciativa do Município.

Quanto ao estacionamento nas zonas industriais, grande parte das vias permite o estacionamento longitudinal, ainda que isso cause alguma dificuldade à circulação de camiões de grande dimensão. No entanto, a criação de novas empresas ou parques empresariais devem ajudar a resolver este problema mediante a criação de estacionamento próprio dentro dos limites dos lotes.

5.6 Tecnologias da informação e comunicação

A competitividade das economias locais depende da densidade das redes de ligação entre empresas, tanto no interior das localidades como entre elas e o mundo exterior. Além dos contactos pessoais e da via telefónica, essas ligações dependem cada vez mais da adopção pelas empresas das tecnologias da informação e comunicação (TIC), incluindo a utilização de computadores e de diversas aplicações neles baseadas, e por outro lado das condições de acesso à Internet, especialmente de banda larga. Num país como o nosso, em que as redes de telefonia fixa e sobretudo móvel conhecem um desenvolvimento considerável, superior mesmo aos de países com maiores níveis de rendimento, os possíveis estrangulamentos, a existirem, estarão provavelmente associados às condições em que se realize o acesso à Internet.

5.6.1 As tecnologias da informação e comunicação em S. João da Madeira

Em São João da Madeira como a nível nacional, existe uma forte correlação entre a dimensão das empresas e o recurso às TIC. É de notar, além disso, que uma elevada percentagem de empresas de pequena dimensão, de 10 a 49 trabalhadores, utiliza TIC. Para empresas com 10 e mais trabalhadores, verificam-se níveis elevados de utilização das TIC nos diversos sectores

da economia, excepto no sector da Construção, em que se observam consistentemente níveis menores de utilização, que parecem indicar alguma relutância em investir nas TIC.

Quanto à tecnologia de ligação à Internet, o tipo de ligação preferida é a DSL (Digital Subscriber Line), com 63,3% das empresas a utilizarem este tipo de ligação, cuja principal característica reside no aproveitamento das linhas regulares de cobre, e com particular destaque para a ADSL, que permite a transmissão simultânea de voz (pelos telefones convencionais) e dados.

Refira-se também a percentagem de acessos dedicados, 10,5%, o valor mais baixo entre os diversos tipos de ligação disponíveis, o que não surpreende devido a tratar-se de uma ligação mais cara, embora com uma maior capacidade, com elevados fluxos de informação e a possibilidade de múltiplas ligações em simultâneo, condições habitualmente associadas a grandes empresas. De igual modo, numa breve análise à utilização da banda larga pelas empresas confirma-se que as grandes empresas apresentam maior percentagem de utilização dos principais meios de comunicação.

Uma análise por sectores da utilização da banda larga indica, de novo, que o sector da Construção é o que regista menor acesso, com 48,7% de utilizadores.

Quanto à interacção através da Internet com os organismos públicos e autoridades, aspecto particularmente importante no caso dos licenciamentos e outras actividades desenvolvidas pelas empresas em conjunto com os agentes estatais, são habitualmente as grandes empresas que apresentam maior frequência desses tipos de interacção. Os serviços mais utilizados são o preenchimento e envio de formulários on-line, a obtenção de formulários e os pedidos de informação. Os menos utilizados são as reclamações e sugestões e a apresentação de propostas on-line para fornecimento de bens ou serviços, no âmbito das compras públicas electrónicas.

5.6.2 Projectos inovadores: espaço Internet, EDV digital

Duas iniciativas em matéria de divulgação e formação para as TIC que pelo seu impacto potencial merecem menção especial são o Espaço Internet de São João da Madeira, de iniciativa da Câmara Municipal e o projecto EDV digital, com a rede de ‘hotspots’ de acesso gratuito sem fios à Internet de banda larga que instalou.

Inaugurado em Junho de 2003, o Espaço Internet de S. João da Madeira. constitui um local público de acesso gratuito às TIC, em particular à Internet. Para a Câmara Municipal de São João da Madeira, o Espaço Internet representa uma oportunidade para que todos os cidadãos possam contactar com os meios tecnológicos inerentes à sociedade da informação e do conhecimento e um contributo da Câmara Municipal para o combate à info-exclusão.

Para além do seu funcionamento normal em horário alargado, onde os utilizadores do espaço poderão aceder às potencialidades da Internet (www, e-mail, chat, fóruns de discussão, entre outras), a processadores de texto, folhas de cálculo ou outros programas informáticos, funcionam ainda, igualmente a título gratuito, várias acções de formação dirigidas a determinados segmentos da população. É ainda no Espaço Internet que se desenvolve o processo de atribuição do Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação.

O projecto EDV Digital resulta de uma iniciativa conjunta das autarquias do Entre Douro e Vouga, que delegaram na ADReDV - Agência de Desenvolvimento Regional do Entre Douro e Vouga - a missão de dinamizar um consórcio de instituições locais e regionais no sentido de promover um projecto com o objectivo comum de contribuir para o combate à info-exclusão e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, para a prestação de serviços mais eficazes e modernos à comunidade, para o acesso à cultura e ao conhecimento, bem como para a melhoria da competitividade das empresas dos Concelhos da Região do Entre Douro e Vouga. Duas iniciativas interessantes do projecto EDV Digital são:

- O projecto **Net sobre Rodas**, um projecto de carácter itinerante, tendo como objectivo a divulgação e massificação das Tecnologias de Informação e Comunicação junto da população do EDV. Este projecto dispõe de duas carrinhas, equipadas com 12 computadores portáteis com acesso à Internet, scanners e impressoras, que percorrem os cinco concelhos da sub-região.
- A criação de uma rede de pontos de acesso gratuito à Internet de banda larga sem fios (hotspots), distribuídos por toda a subregião, com o objectivo de melhorar as acessibilidades da Região, respondendo à necessidade de mobilidade manifestada pelos cidadãos. São João da Madeira conta com cinco desses hotspots, que permitem o acesso aos possuidores de computadores portáteis, PDA's ou qualquer equipamento compatível com a tecnologia wi-fi, uma tecnologia sem fios que permite o acesso à Internet de banda larga.

Além de facilitarem o acesso à utilização das TIC e da Internet de banda larga e viabilizarem iniciativas de formação, e portanto contribuírem de forma significativa para combater a info-exclusão, estas medidas têm também um importante impacto em termos da mudança de mentalidades, habituando as pessoas – sobretudo, mas não só, os mais jovens - a considerar esse acesso e essa utilização como algo de normal e ajudando a remover uma das principais barreiras à aquisição de competências técnicas neste campo.

5.6.3 Oferta actual de banda larga

Uma das principais apostas da Câmara de S. João da Madeira prende-se com a intensificação da rede de acessibilidades especialmente no sentido tecnológico - melhorando o relacionamento entre a autarquia e os cidadãos pela via digital. Nesse sentido a Câmara Municipal de S. João da Madeira assinou em Maio de 2007 um protocolo com a Broadmedia, com o objectivo de lançar um projecto piloto Wimax no município com pelo menos uma Estação Base, promover as suas funcionalidades às empresas e entidades do Município e

desenvolver novas aplicações que utilizem a Banda Larga. Em resultado desse protocolo foi decidido inaugurar a 11 de Outubro de 2007, no dia do Município, o projecto-piloto Wimax que dará ao município uma infra-estrutura de Banda Larga sem fios de nível elevado de qualidade, permitindo o acesso à Internet em qualquer local da Cidade.

Este projecto, pioneiro na Europa, colocará S. João da Madeira como uma cidade de referência pela cobertura wireless alcançada em resultado da instalação de uma rede de antenas colocadas em edifícios que pela sua localização e altitude permitirão uma total mobilidade de acesso à Internet.

O projecto piloto irá abrir perspectivas para a divulgação da banda larga e ao aparecimento de aplicações novas que irão ser promovidas com os parceiros do Município. Ao nível técnico, tem por base a sobreposição de duas redes distintas, Wi-Fi Mesh e Wimax, com frequências de acesso de 2,4 Ghz e 3,5 Ghz respectivamente.

A rede Wi-Fi Mesh é acessível a todos os equipamentos providos com placas e/ou dispositivos Wi-fi compatíveis com a norma padrão IEEE 802.11, habitualmente utilizada nas redes domésticas, profissionais e Hot-Spots. A rede experimental Wimax, apenas disponível para 30 utilizadores seleccionados, pretende não só avaliar a cobertura de Internet sem fios, como promover o aparecimento de novas soluções tecnológicas apoiadas nesta plataforma, abrindo deste modo o caminho para uma expansão e divulgação da banda larga.

5.6.4 Observações finais

De tudo o que acima se diz parece poder concluir-se que em matéria de acesso e de utilização das TIC a situação das empresas em São João da Madeira é muito semelhante à situação nacional; onde há uma diferença importante, e aí a vantagem está claramente do lado do concelho, é no projecto de estender o acesso à Internet de banda larga a todo o território do concelho. Este projecto emblemático não só criará condições para que certas empresas possam introduzir novas soluções tecnológicas como virá reforçar de forma considerável a mensagem da criação do Centro Empresarial e Tecnológico, de estímulo e apoio ao desenvolvimento industrial de base tecnológica.

5.7 Solo, habitação, equipamentos urbanos e qualidade do ambiente

À medida que os factores tradicionais de localização industrial vão passando para um plano secundário devido aos progressos da tecnologia, a qualidade da vida urbana vai desempenhando um papel cada vez mais importante nas decisões de localização das actividades industriais, especialmente as de base tecnológica, e de serviços. Estas actividades procuram, com efeito, localizações que, entre outras qualidades, tenham a de ser atractivas

para os novos residentes, e onde seja bom residir. Por sua vez, estas qualidades são directa e decisivamente afectadas pela qualidade do ordenamento urbano, a situação da habitação, os equipamentos colectivos e os espaços de lazer.

A presente secção trata sucessivamente de alguns aspectos relacionados com a utilização do solo, os equipamentos urbanos, os problemas do espaço urbano, a habitação, as infraestruturas urbanas e a qualidade do meio ambiente, os equipamentos colectivos orientados à cultura e ao lazer e os espaços públicos vocacionados para o lazer – o mesmo é dizer, com as características urbanas que mais directamente influenciam a qualidade de vida na cidade.

5.7.1 Caracterização dos usos predominantes do solo

O núcleo urbano principal estende-se pela área delimitada pelos dois vales, ao longo da antiga EN.1. Esta via constituiu um importante eixo estruturador da malha urbana, bem como um elemento de suporte no desenvolvimento industrial registado desde o século passado. Nas zonas mais periféricas é de salientar a continuidade da mancha urbana para os concelhos vizinhos (ver mapa na página seguinte).

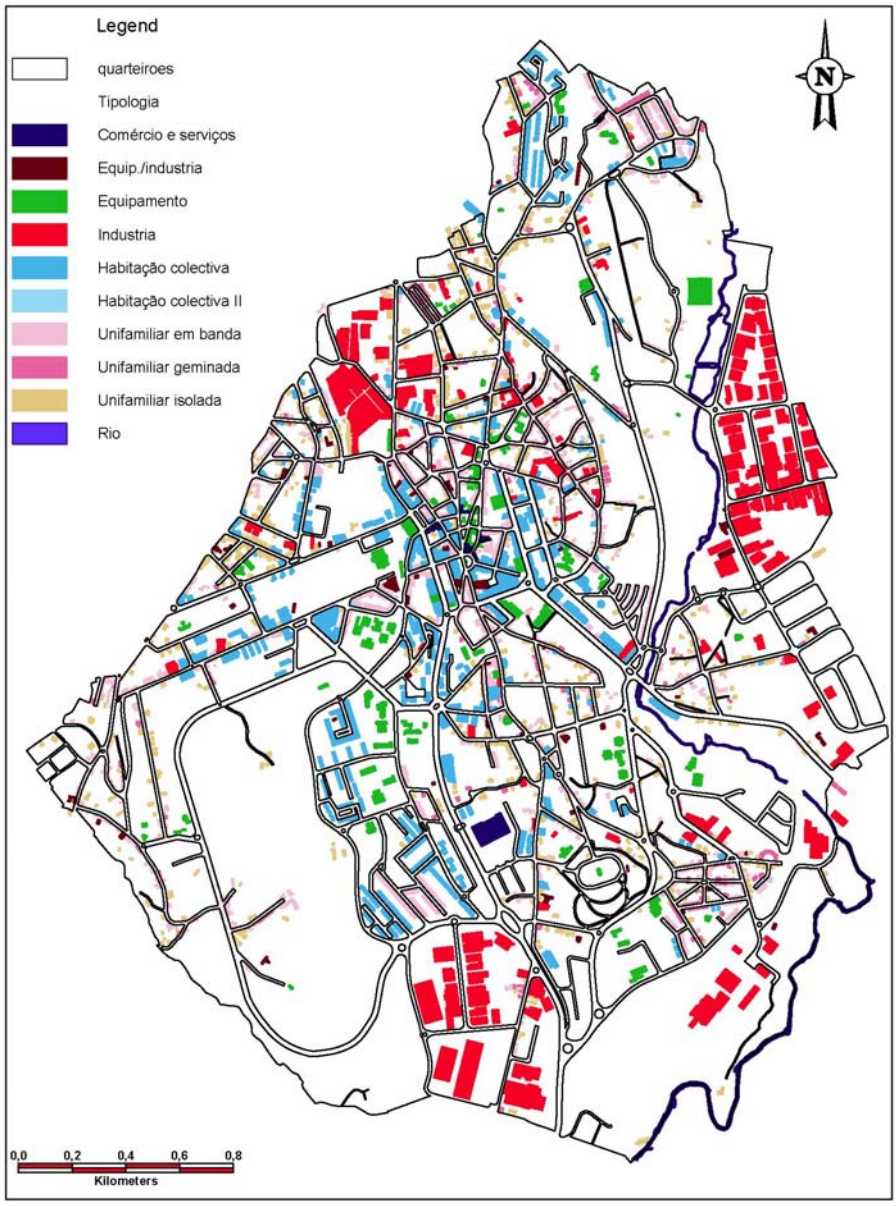
O vale Nascente definido pelo Rio Ul é cortado por uma via importante, o IC 2, que estabelece claramente a separação entre a zona industrial das Travessas e toda a malha urbana da cidade. O vale Poente, definido pelo ribeiro que o atravessa e delimitado pela linha do caminho de ferro a Nascente e pela encosta a Poente, oferece potencialidades semelhantes às do vale anterior.

A preservação e qualificação urbana destes espaços naturais concorrerá para uma melhor qualidade ambiental de S. João da Madeira e também dos concelhos vizinhos, visto existir uma continuidade de mancha arborizada que há todo o interesse em manter.

No que se refere à localização e distribuição de actividades, verifica-se uma nítida concentração de comércio e serviços na zona central e nas principais artérias de acesso a esta zona; há também uma certa concentração de actividades na Rua do Brasil, na Av. Dr. Renato Araújo, na Rua João de Deus e na Av. Benjamim Araújo.

Há quatro áreas industriais, embora se destaquem a Zona Industrial das Travessas e a Zona Industrial do Orreiro, as quais, tal como a Zona Industrial da Devesa Velha, estão localizadas perifericamente em relação à área mais urbanizada, sendo dotadas de espaços amplos com forte acessibilidade e com uma cintura verde envolvente que minimiza o seu impacto em termos ambientais. Permanece ainda dentro do perímetro mais urbanizado a zona Industrial da Oliva, embora com uma forte redução de actividade e consequentemente do seu impacto ambiental.

Um dos principais constrangimentos do Concelho prende-se com a disponibilidade de solo, principalmente para uso industrial, mas também para construção de vivendas unifamiliares. A este propósito parece importante referir também que a área correspondente às instalações industriais da Oliva, hoje ainda utilizada pela indústria, mas com uma intensidade bastante pequena, constitui, pela sua dimensão e pela sua localização central, um património com enorme potencial de desenvolvimento urbano, o que a transforma na fonte de uma das mais importantes ou mesmo a mais importante oportunidade para o desenvolvimento da economia local.



5.7.2 Caracterização dos equipamentos urbanos

Quanto aos equipamentos urbanos, S. João da Madeira está satisfatoriamente servida, sendo de destacar que nem sempre a sua localização ou os níveis de serviço são os mais adequados.

Parte considerável dos equipamentos está situada no tecido urbano mais consolidado; outra parte localiza-se em zonas de expansão, onde constituem elementos muito marcantes, como é o caso do hospital, do cemitério, do lar para a terceira idade, das escolas secundárias, etc.

Apesar da sua pequena dimensão, S. João da Madeira dispõe de um leque variado de infraestruturas básicas geralmente associadas aos grandes concelhos desenvolvidos, em particular no que se refere às áreas educativa, ambiental, desportiva, bancária, médica e viária. Estes factores representam um factor de atracção para os habitantes dos concelhos circundantes, que viajam diariamente para trabalhar e utilizar os serviços da cidade.

O sector produtivo do concelho conta com várias estruturas de apoio, destacando-se o Gabinete de Apoio ao Empresário, o Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado, o Centro Tecnológico do Calçado, a Eurolabor, o Clube dos Empresários e a Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA).

5.7.3 Síntese dos problemas e potencialidades do espaço urbano

No âmbito da Agenda21 local de S. João da Madeira, foi elaborado um documento que sistematiza os principais problemas e potencialidades da diversidade de paisagens urbanas de S. João da Madeira, que adiante se transcrevem:

Âmbito	Problemas	Potencialidades
Cidade em geral	• O PDM prevê uma área urbanizável excessivamente elevada face às necessidades, sendo que algumas dessas áreas se situam em zonas periféricas do concelho onde a construção em altura não é adequada. • Barreira criada pelo atravessamento do IC2. • Descaracterização de algumas formas urbanas devido a construções desenquadradas do meio.	• Elevada diversidade de paisagens urbanas. • Existência de áreas rurais relativamente bem preservadas. • Através de um planeamento cuidadoso do desenvolvimento urbano é possível compatibilizar o aumento populacional (através da densificação do centro), crescimento industrial e protecção ambiental. • Pólo industrial forte e próximo da malha urbana, rodeado nalguns casos por floresta. • A Linha do Vouga da CP poderá vir a ser aproveitada como corredor verde. • A forma compacta da cidade torna S. João da Madeira propícia à criação de corredores verdes e de ciclovias, pese embora o seu relevo algo acidentado.
Cidade clássica	• O interior de alguns quarteirões tem sido impermeabilizado com construções e parques de estacionamento. • A zona envolvente à linha de caminho-de-ferro carece de tratamento paisagístico.	• A elevada densidade populacional e a mistura das funções habitacional, comercial e de serviços tornam a cidade clássica num local vivo. • Malha urbana relativamente consolidada e estruturada em quarteirões. • O interior de vários quarteirões encontra-se ajardinado.
Cidade jardim	• Descaracterização de certos locais com a construção de edifícios de dimensões e tipologia que rompem com a envolvente. • O PDM não assegura a manutenção da identidade da cidade jardim ao permitir quatro pisos por edifício e um índice de utilização do solo exagerado.	• Tecido urbano convidativo devido à existência de muitas árvores e arbustos nos logradouros das habitações. • Existência de várias quintas e palacetes com jardins de valor patrimonial. No palacete Conde Dias Garcia a autarquia tenciona instalar um jardim botânico. • À medida que cresce a população do Concelho a cidade jardim poderá contrair-se de modo a permitir a expansão da cidade clássica.

Cidade modernista	• Forma urbana pouco interessante, algo apática, sem estrutura coerente nem identidade. • Arquitectura do edificado de reduzida qualidade. • O espaço público que rodeia os blocos habitacionais encontra-se por norma mal cuidado e degradado. • Proliferação desta forma urbana em vários locais do concelho onde, à partida, não deveria surgir. • A monofuncionalidade excessiva da forma modernista, destinada quase exclusivamente para a habitação, contribui para a sua reduzida vitalidade.	• A revitalização da cidade modernista é possível, designadamente, através do tratamento paisagístico dos espaços públicos, da instalação de equipamentos leves para a população e da introdução de mais comércio e serviços.
Âmbito	**Problemas**	**Potencialidades**
Áreas industriais	• Os vários elementos do espaço público encontram-se geralmente pouco qualificados: passeios, arborização dos arruamentos e iluminação.	• A proximidade das áreas industriais relativamente às zonas habitadas do concelho pode ser aproveitada para implementar um esquema de mobilidade mais ecológico.
Áreas verdes públicas	• As áreas verdes públicas não encontram no PDM uma categoria de uso do solo específica e adaptada às suas características. • Há falta de espaços verdes na proximidade de alguns bairros, sobretudo com elementos que convidem à sua utilização – ainda que tão simples quanto bancos e bebedouros. • Alguns espaços verdes encontram-se mal cuidados e possuem uma iluminação deficiente. • Não existe ainda uma rede de espaços verdes ligados por corredores. • No Parque de Nossa Senhora dos Milagres há um excesso de espécies invasoras que requerem controlo. Este espaço é ainda atravessado por uma rua com trânsito automóvel que serve também para estacionamento. • O projecto existente para o Parque Ferreira de Castro poderá vir a desvirtuar a sua função essencial enquanto área verde. • Falta um ajardinamento mais criativo à Praça Barbezieux. • Não existe um regulamento destinado a regular as intervenções nas áreas ajardinadas da cidade, públicas ou privadas.	• Existem no concelho espaços verdes com uma cobertura vegetal muito interessante. • A forma compacta da cidade e as elevadas densidades populacionais do centro permitem que, com alguns espaços verdes, uma grande percentagem da população os possa frequentar deslocando-se a pé. • Nos dois planos de pormenor em curso devem ser, desde já, previstas novas áreas verdes. • Campos agrícolas ou zonas livres situadas na proximidade do centro poderão vir a constituir excelentes áreas de lazer ou servir para a criação de uma rede de corredores verdes. • Alguns parques possuem equipamentos de diversão. • O parque infantil do bairro do Fundo de Vila é de grande qualidade e, por isso mesmo, muito frequentado.
Áreas florestais	• A maior parte da floresta é composta por espécies ecologicamente pouco interessantes como o pinheiro-bravo e o eucalipto. • A expansão da área industrial das Travessas será realizada à custa da diminuição da mancha florestal. • O PDM salvaguarda apenas uma pequena área florestal no lugar do Roupal.	• A floresta circunda algumas áreas industriais, contribuindo para minimizar os seus impactos ambientais. • S. João da Madeira podia, com apoio a fundos comunitários, investir na criação de um parque florestal de espécies autóctones. Este parque serviria de exemplo à possibilidade de recuperação da flora nacional.
Áreas rurais e seminaturais	• Em certas zonas, as margens do rio Ul foram danificadas, chegando mesmo a perder toda a sua cobertura vegetal. •	• Existe ainda uma vasta área com características predominantemente rurais. • Casas de lavoura, espigueiros e práticas agrícolas tradicionais podem

	Tanto o IC2 como o pólo industrial das Travessas retiraram escala e fragmentaram o vale. • O PDM classifica parte exagerada das áreas rurais e seminaturais como espaço urbano ou urbanizável o que, considerando o disposto no regulamento, não é suficiente para preservar a sua identidade própria. É de admitir, contudo, que algumas destas áreas possam ser densificadas. • A proximidade do centro faz aumentar a pressão para que os terrenos ganhem capacidade construtiva.	também ser encontradas. • O corredor ripícola do Ul apresenta características seminaturais. A intervenção prevista afectará parte do vale e melhorará significativamente a relação da cidade com o seu rio. Deve, contudo, evitar-se a artificialização excessiva das margens e o abate de árvores. • É possível explorar de forma criativa as possibilidades pedagógicas das áreas mais rurais do concelho. • O aprofundamento, no PDM, dos mecanismos de perequação poderia criar as condições para salvaguardar estas zonas compensando os proprietários por eventuais prejuízos.
Âmbito	**Problemas**	**Potencialidades**
Elementos paisagísticos	• No PDM, as praças arborizadas são classificadas simplesmente como espaço urbano. Não está também assegurada a preservação dos restantes elementos paisagísticos. • Ausência de passeios e passeios de reduzida dimensão ou em mau estado em parte substancial das ruas. • A maior parte das árvores dos arruamentos foi podada incorrecta e excessivamente, colocando em risco o seu estado fitossanitário. • Carência de passadeiras e proliferação de barreiras para os peões, em parte devido ao abuso de soluções de trânsito orientadas exclusivamente para o automóvel, como as rotundas. • O perfil de muitos arruamentos dificulta ou impede a arborização dos passeios.	• Podem encontrar-se em S. João da Madeira várias praças arborizadas, maciços arbóreos, jardins privados e árvores isoladas cuja preservação se impõe.

5.7.4 O parque habitacional

Estimativas do parque habitacional por concelho, 1991-2004

Unidade: N.º

	Edifícios de habitação familiar clássica			Variação %		
	1991	2001	2004	1991/2001	2001/2004	1991/2004
Entre Douro e Vouga	69.718	81.165	84.268	16,42	3,82	20,87
Arouca	7.568	8.820	9.308	16,55	5,53	23,00
Oliveira de Azeméis	18.967	20.932	21.723	10,36	3,78	14,53
Santa Maria da Feira	32.819	39.795	41.260	21,26	3,68	25,72
São João da Madeira	2.807	3.197	3.293	13,89	3,00	17,31
Vale de Cambra	7.557	8.420	8.683	11,43	3,12	14,91

	Alojamentos familiares clássicos			Variação %		
	1991	2001	2004	1991/2001	2001/2004	1991/2004
Entre Douro e Vouga	83.886	110.678	119.400	31,94	7,88	42,34
Arouca	7.929	9.500	10.052	19,82	5,81	26,78
Oliveira de Azeméis	21.253	27.086	28.940	27,45	6,84	36,17
Santa Maria da Feira	39.361	54.217	59.516	37,74	9,77	51,21
São João da Madeira	6.460	9.544	10.098	47,75	5,80	56,32
Vale de Cambra	8.882	10.330	10.793	16,30	4,48	21,51

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Habitação, 2001 e INE, Estatísticas da Construção e Habitação.

A análise do quadro acima sobre o parque habitacional de Entre Douro e Vouga permite concluir que esta região apresenta uma dinâmica construtiva recente, uma vez que 20% dos edifícios foram construídos após 1991. Quanto à variação do número de alojamentos verificamos que neste período o número de alojamentos na região aumentou, em média, cerca de 42%, sendo o aumento em S. João da Madeira de 56%, passando de 6.460 fogos em 1991 para 10.098 em 2001, o que reflecte o forte dinamismo da indústria de construção civil durante toda a década de 90.

Habitação Social

Segundo o Diagnóstico Social do Concelho de S. João da Madeira, de 2005, existem aproximadamente 2.040 fogos de habitação social em S. João da Madeira, 450 dos quais construídos por iniciativa da Câmara Municipal. Neste mesmo estudo foram referidos como principais problemas nesta área factores como a degradação de grande parte do parque de habitação social, a inexistência de espaços comerciais nos aglomerados e a fraca frequência e irregularidade da rede de transportes públicos que serve os bairros de habitação social.

Além disto, a paróquia é responsável por um bairro de casas sociais com cerca de 50 anos e condições de habitabilidade bastante deficientes – o "Bairro dos Pobres" ou Património dos Pobres – e há ainda dois blocos de habitação social da responsabilidade da PSP. É de realçar que, devido aos baixos rendimentos de grande parte da população do Concelho, a procura de habitação social é superior à oferta.

5.7.5 Infraestruturas de base e qualidade do ambiente

Infraestruturas urbanísticas

Praticamente todo o Concelho dispõe de redes de abastecimento de água, de saneamento e de distribuição de energia eléctrica, bem como de recolha de lixos. O sistema de abastecimento de água foi recentemente reforçado, o que contribuiu para ajustar o sistema às necessidades actuais e futuras. A rede de saneamento é constituída por dois grandes emissários e uma estação de tratamento. Em relação ao tratamento das águas residuais industriais assinaram-se protocolos entre diversas empresas e a Câmara Municipal de S. João da Madeira no sentido de promover o tratamento desses efluentes.

A drenagem de águas pluviais não apresenta especiais problemas, já que a ocupação urbana se desenvolve em encostas e pontos altos, circundados por linhas de água naturais, que devem ser preservadas. Pode, no entanto, ser necessária pontualmente alguma intervenção no sentido de reforçar a capacidade de alguns colectores que passaram a estar subdimensionados quando aumentou a área impermeabilizada com construções e infraestruturas urbanas.

A população residente no concelho tem vindo a aumentar a um ritmo aproximado de 1,44% por ano, enquanto que a produção de resíduos tem aumentado cerca de 10% por ano. Este crescimento extremamente elevado e fora de proporção com o crescimento populacional deve-se, pelo menos em parte, ao aumento do número de pessoas que trabalham ou estudam em S. João da Madeira mas não são residentes no concelho; na prática, essas pessoas produzem e aqui depositam os seus resíduos.

A gestão de resíduos sólidos e limpeza urbana estão concessionadas a duas empresas. A valorização e reciclagem de resíduos apresentam ainda valores bastante reduzidos. Apesar da recolha selectiva ter passado dos 2,8% do total em 2001 para 5,2% do total de resíduos recolhidos em 2007, os restantes 94,8% são enviados directamente para aterro. O destino dos resíduos industriais é da responsabilidade de cada produtor.

Qualidade do ar e da água

De acordo com a campanha de monitorização da qualidade do ar ambiente, realizada entre 16 de Fevereiro e 17 de Março de 2000, e numa escala que varia de Muito Bom a Mau, o ar em S. João da Madeira apresentava a classificação de Médio.

O principal problema de contaminação aquática foi durante muitos anos a poluição do rio Ul. Ao mesmo tempo que construía o Parque Urbano do rio Ul, a Câmara Municipal realizou um esforço considerável para despoluir o rio. Este processo tem progredido muito, mas ainda não se encontra concluído.

5.7.6 Património cultural, equipamentos e espaços de lazer

Embora não possa comparar-se, em antiguidade ou beleza, ao de muitos outros concelhos em Portugal, o património artístico e cultural da cidade moderna que é SJM, com um passado industrial, conta com alguns edifícios emblemáticos, tanto religiosos como seculares, entre os quais se contam por exemplo a Igreja Matriz, a capela de Nossa Senhora dos Milagres no parque do mesmo nome, a Casa do Morgado e os edifícios do Paços da Cultura e do Centro de Arte, para mencionar apenas alguns. A Cidade conta por outro lado com valiosos equipamentos culturais, entre os quais se incluem a Biblioteca Municipal, o Centro de Arte, a Academia de Música e os Paços da Cultura.

O Museu da Chapelaria é outro equipamento cultural de grande importância, pela sua função primária de museu, pelo seu papel no reforço da identidade de SJM e pela utilização das suas instalações para manifestações culturais de diversa natureza.

Importa, finalmente, referir o projecto, a ponto de iniciar a sua execução, da Casa das Artes e da Criatividade, um moderno teatro multifuncional de grande versatilidade com a

possibilidade de albergar conferências, teatro, ópera, música sinfónica e muitos outros tipos de manifestações artísticas e culturais.

O Concelho conta com importantes infraestruturas desportivas que o tornam, seguramente, num dos concelhos com mais e melhores equipamentos desportivos do país. Entre estas destacam-se o Complexo Desportivo das Corgas e o Pavilhão Polivalente das Travessas, que está implantado ao longo do vale do Rio Ul. Recorde-se, além disso, que a Câmara Municipal decidiu construir, na zona do Pavilhão das Travessas, um Centro de Alto Rendimento Desportivo (CARD).

No que se refere a espaços de lazer, a cidade tem um rico e variado património de espaços verdes com características e aptidões diversas, no qual continua, aliás, a investir. O Parque do Outeiro, o Jardim Público da Ponte, o Parque Nª Senhora dos Milagres, e especialmente o recém-inaugurado Parque Urbano do rio Ul são espaços de grande valor local ou regional que desempenham um papel importante pela sua contribuição para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida na cidade.

5.7.7 Observações finais: ambiente urbano, qualidade de vida e DEL

De tudo o que acima fica dito pode concluir-se que o ambiente urbano e a qualidade de vida, que já eram bons, têm vindo a melhorar em S. João da Madeira. Isso ajuda a compreender os resultados de um recente estudo da Universidade da Beira Interior, elaborado pelo Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social, que calcula um valor do Indicador de Qualidade de Vida (IQV) para S. João da Madeira de 168,57, só suplantado pelas cidades de Lisboa e de Albufeira, ou os resultados do estudo *Os Melhores Municípios para Viver*, levado a efeito pelo Instituto de Tecnologia Comportamental, em iniciativa conjunta com o jornal Sol. Este estudo compara S. João da Madeira com 11 das mais importantes cidades do país, e considera S. João da Madeira a segunda melhor cidade portuguesa para viver, só suplantada por Albufeira, e os seus cidadãos como os mais felizes.

Convenientemente divulgados, estes resultados são de uma importância fundamental para o DEL, e podem contribuir significativamente para o êxito de projectos como o do Centro Empresarial e Tecnológico, atraindo e retendo as pessoas de que esses projectos necessitam.

6 Análise SWOT da economia local: pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e ameaças

As análises interna e externa da situação da economia local de S. João da Madeira apresentadas anteriormente permitem a identificação dos seus pontos fortes e pontos fracos e bem assim das oportunidades e ameaças que se lhe deparam, naquilo que mesmo em português é habitual designar por “análise SWOT”. A justificação de cada um dos pontos que

adiante se enumeram está implícita ou explicitamente contida na análise apresentada nas páginas anteriores e, de uma forma um pouco mais desenvolvida, nos Anexos 1 a 9 a este trabalho. As curtas observações que se incluem adiante, para alguns deles, visam facilitar o estabelecimento de relações entre a análise SWOT e a análise detalhada da situação da economia local e também, por vezes, clarificar um ou outro ponto que pareça menos claro; não pretendem ser completas nem servem, como é óbvio, de justificação plena dos pontos enumerados na análise SWOT.

Nas listas que adiante se apresentam, além de dar a cada elemento das listas um código que permita identificá-lo sem ambiguidade, procurou-se classificar por ordem de importância cada um dos aspectos identificados e incluídos nas listas, utilizando uma escala ordinal com três valores, em que se dá 1 aos aspectos mais importantes e 3 aos menos importantes.

Não se apresentam, depois da análise SWOT, quaisquer considerações finais. Isso é o resultado de uma opção deliberada, que acentua o facto de que a análise SWOT é apresentada para discussão, e que essa discussão é – tem que ser – um processo aberto. Apesar de representar a culminação de um trabalho considerável, a análise SWOT deve ser interpretada muito mais um ponto de partida – para a discussão do diagnóstico, primeiro, para a visão e estratégia, depois – do que um ponto de chegada.

6.1 Pontos fortes (S)

Pontos fortes (S)	Importância
S1. Existência de zonas industriais bem infraestruturadas	1
S2. Economias de aglomeração industrial	1
S3. Presença do Centro Tecnológico do Calçado e do Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado	1
S4. Território qualificado (ambiente, redes, equipamentos colectivos)	1
S5. Orientação e experiência exportadora da economia local	1
S6. Tradição empreendedora da população de SJM	1
S7. Flexibilidade demonstrada na adaptação dos modelos de negócios á situação actual	1
S8. Clube de empresários activo e bem relacionado com a CM-SJM	2
S9. Boa imagem da CM-SJM e do seu Presidente entre os industriais	2
S10. Oferta formativa no EDV abundante e diversificada	2
S11. Dinâmica de aprendizagem e inovação no cluster local do calçado	2
S12. Nova oferta urbana comercial e de lazer	2
S13. População jovem relativamente à média nacional	2
S14. Infraestruturas escolares de boa qualidade	2

S15. Dinamismo da Agenda 21 local e da Rede Social	3

6.2 Pontos fracos (W)

Pontos fracos	Importância
W1. Cultura empresarial insuficientemente desenvolvida	1
W2. Individualismo excessivo dos empresários	1
W3. Baixa qualificação profissional dos empresários e dos recursos humanos	1
W4. Economia local demasiado dependente de dois sectores (automóvel, calçado)	1
W5. Insuficiente articulação Ensino – Formação - Empresas	2
W6. Falta de técnicos qualificados (electromecânica, automação, manutenção)	2
W7. Deficit de operários qualificados	2
W8. Sector dos serviços especializados às empresas insuficientemente desenvolvido	2
W9. Burocracia excessiva em trâmites, autorizações e licenças	2
W10. Desadequação da oferta formativa existente	2
W11. Existência de estratégias empresariais e modelos de negócios desajustados	2
W12. Ligação deficiente à rede ferroviária nacional e à rede de auto-estradas	2
W13. Imagem pouco favorável da cidade como lugar para viver	2
W14. Falta de pessoal que fale línguas estrangeiras (esp. inglês)	2
W15. Arruamentos estreitos, com pouco estacionamento e com más ligações nas zonas industriais	2
W16. Escassez relativa de espaço industrial	3
W17. Precarização do emprego industrial	3

6.3 Oportunidades (O)

Oportunidades	Importância
O1. Potencial de desenvolvimento urbano por reconversão do espaço da Oliva	1
O2. Proximidade aos centros de investigação e desenvolvimento do Porto e de Aveiro	1
O3. Proximidade ao mercado da Área Metropolitana do Porto e ao corredor atlântico	1
O4. Criação do Centro Empresarial e Tecnológico	1
O5. Próxima instalação da Internet de banda larga em todo o concelho	1
O6. Financiamentos nacionais e comunitários para formação, competitividade e novas tecnologias	1
O7. Proximidade à Escola Superior Aveiro Norte	2
O8. SJM é um pólo de atracção em relação aos concelhos vizinhos (educação,	2

comércio e serviços, emprego)	
O9. Posição central no eixo urbano Feira - SJM - Oliveira	2
O10. Potencial de desenvolvimento da Linha do Vouga (caminho de ferro)	2
O11. Aumento da procura mundial de calçado de qualidade	2
O12. Potencial de aplicação da TIC aos sectores tradicionais	2
O13. Potencial da mão de obra imigrante	2
O14. Desenvolvimento do Turismo Industrial e de Negócios	3
O15. Criação de parques industriais na Feira (Pigeiros) e em Vale de Cambra	3
O16. Proximidade ao Europarque	3

6.4 Ameaças (T)

Ameaças	Importância
T1. Forte e crescente concorrência internacional no sector do calçado de baixas gamas (e cada vez mais também de gamas médias)	1
T2. Deslocalização do sector de componentes para o sector automóvel	1
T3. Deslocalização da produção de calçado	1
T4. Aumento do custo da energia e matérias primas	2
T5. Diminuição da oferta existente de serviços públicos (saúde, justiça).	2
T6. Especulação fundiária	2
T7. Pouca articulação entre os actores do sector público regional (ausência de visão estratégica na definição dos equipamentos regionais)	2
T8. Gradual deslocação para Leste do centro económico do continente europeu	3

6.5 Algumas observações à análise SWOT

6.5.1 Pontos fortes

S1. Existência de zonas industriais bem infraestruturadas: S. João da Madeira dispõe de quatro zonas industriais (Travessas, Devesa-Velha, Orreiro e Oliva), com boas acessibilidades e dotadas de todas as infraestruturas essenciais à actividade industrial, que lhes conferem uma forte capacidade de atracção de investimento. Mas ver também W14.

S2. Economias de aglomeração industrial: As economias de aglomeração estão relacionadas com a presença de várias firmas do mesmo sector, a qual dá origem a economias associadas à divisão do trabalho, à especialização, à formação da mão de obra, à troca de experiências e "know-how"e à aprendizagem e inovação colectivas, por um lado, e a economias associadas à presença de empresas de serviços e de fornecedores comuns, pelo outro. O sucesso de muitos clusters está baseado nesse tipo de economias.

S3. Presença do Centro Tecnológico do Calçado e do Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado: A existência e a proximidade física destes centros permitem à indústria do calçado de SJM influenciar as respectivas actividades e beneficiar delas de forma directa e praticamente sem custos. A mesma proximidade física permite aos industriais um conhecimento em primeira mão do que sucede no sector em matéria de investigação e de tendências.

S4. Território qualificado (ambiente, redes de utilidades, equipamentos colectivos): Apesar da sua dimensão relativamente pequena, S. João da Madeira dispõe de um leque variado de infraestruturas e equipamentos colectivos geralmente associados aos grandes concelhos desenvolvidos, em particular no que se refere às áreas educativa, ambiental, desportiva, bancária, médica e viária.

S5. Orientação e experiência exportadora da economia local: Um dos pontos fortes da economia local reside na sua experiência de exportação e na capacidade de compreensão dos mercados de exportação e de colocação dos produtos que ela implica. As redes de contactos que resultam de uma por vezes longa história de colaboração e contacto constituem um activo importante dos exportadores locais.

S6. Tradição empreendedora da população de SJM

S7. Flexibilidade demonstrada na adaptação dos modelos de negócio à situação actual: Um dos principais pontos fortes da economia local reside na sua capacidade de adaptação dos modelos de negócio a novas situações. Essa adaptação seguiu várias trajectórias. No caso específico do calçado, estas incluem: a *deslocalização* de toda ou parte da produção para países com menores custos de mão de obra mantendo o controlo sobre o design e a comercialização, isto é, a parte principal da cadeia de valor; a *especialização na base da alta qualidade* que permite às empresas manter ou melhorar a sua posição em certos nichos do mercado; e a *especialização com base na aplicação das TIC* para aumentar a rapidez e a flexibilidade de resposta que permita, com a produção de séries pequenas, responder de forma muito eficaz a mercados de proximidade. Ver também W11.

S8. Clube de Empresários activo e bem relacionado com a Câmara Municipal de S. João da Madeira: O lema "um novo estilo na vida associativa" é o que melhor caracteriza esta Associação Empresarial, empenhada em diversas iniciativas municipais da Rede Social, tais como: ESPAÇOe – Apoio à Iniciativa Empresarial; LEQ - Lojas do Emprego e da Qualificação; Observatório do Emprego, Educação e Formação Profissional e Estruturas de Apoio à Conciliação entre a Vida Profissional e a Vida Familiar, bem como fazendo parte do Grupo Coordenador da Agenda 21 Local.

S9. Boa imagem da CM-SJM e do seu Presidente entre os industriais: A boa imagem referida constitui um ponto forte porque confere à CM e ao seu Presidente uma credibilidade e uma capacidade de mobilização que podem ser utilizados ao serviço de desenvolvimento do Concelho.

S10. Oferta formativa no EDV abundante e diversificada: No EDV estão sedeados vários centros de formação profissional, existem cursos profissionais promovidos com base em parcerias entre o IEFP e algumas entidades do sector privado e, além do Centro Tecnológico do Calçado (CTC), existem várias empresas de consultoria / formação e Associações sediadas ou com influência no Concelho que desenvolvem formação profissional para activos. Ver Anexo 5, secção 3. Ver também W10.

S11. Dinâmica de aprendizagem e inovação no cluster local do calçado: Na sua maioria, o sector local do calçado tem conseguido manter e mesmo em certos casos reforçar a sua competitividade, inovando e adaptando-se às novas condições. Relacionado com S7.

S12. Nova oferta urbana comercial e de lazer: Os novos equipamentos comerciais cuja construção está associada à requalificação do centro urbano e do vale do Rio Ul irão prestar serviços com um âmbito supra municipal, reforçando por isso o papel central de SJM e a base económica local.

S13. População jovem relativamente à média nacional: ver Anexo 4.

S14. Infraestruturas escolares de boa qualidade: A Câmara Municipal de S. João da Madeira concretizou no mandato anterior um projecto de renovação em todo o parque escolar do primeiro ciclo do ensino básico, incluindo jardins de infância. Algumas escolas foram praticamente construídas de novo, como foi o caso de Carquejido e Espadanal.

- Além das obras de remodelação e beneficiação dos edifícios, foi feito um investimento para melhorar as escolas do primeiro ciclo ao nível do equipamento. Assim, todas as escolas foram equipadas com novo material de apoio pedagógico (jogos didácticos, mapas, globos, etc).

- Em cada uma das escolas do primeiro ciclo da cidade foi criada uma sala de informática, equipada com computadores, impressoras e “software” didáctico.

- Todas as escolas do primeiro ciclo são dotadas de bibliotecas escolares integradas na rede nacional deste género de equipamentos.

- 3,5 milhões de euros é o valor aproximado do investimento global realizado na requalificação do parque escolar de S. João da Madeira.

- A mais recente intervenção no parque escolar sob a responsabilidade da autarquia de S. João da Madeira é a construção do Jardim de Infância do Parque, que se encontra em fase final de

execução no terreno envolvente à EB1 local, para entrar em funcionamento no início deste ano lectivo (2008/2009).

- Paralelamente, fruto do investimento da Administração Central, foi inaugurado, no final de Maio de 2008, o Centro Multidisciplinar Interactivo da Escola Secundária Dr. Serafim Leite.

- Noutro âmbito, a aproximação entre as escolas e outras instituições da cidade tem sido essencial ao desenvolvimento do conceito de uma escola aberta à cidade, com a participação de professores, alunos e encarregados de educação, em diversas actividades fora dos portões dos estabelecimentos de ensino. É o caso da participação das escolas nas actividades da Rede Social e da Agenda 21 Local.

Em Dezembro de 2005, em S. João da Madeira, abriu oficialmente a Escola Nacional de Estudos e Formação de Inspecção do Trabalho - ENEFIT, em S. João da Madeira

A ENEFIT, criada no âmbito da estrutura orgânica da Inspecção Geral do Trabalho (IGT), é um projecto pioneiro no país, destinado à formação de novos inspectores do trabalho e a proporcionar formação contínua aos existentes. Um processo que engloba interligações com estabelecimentos de ensino e outros centros de competência necessárias ao desenvolvimento das suas atribuições.

Esta nova escola tem como finalidade promover a gestão de competências, de recursos do conhecimento e do desenvolvimento organizacional da IGT, cabendo-lhe assegurar a qualificação para o desempenho da profissão de inspector do trabalho, bem como a formação de outros técnicos da administração pública e da área das condições de trabalho, em especial no domínio das condições de segurança, higiene e saúde no trabalho.

Foi inaugurado a 15 de Maio de 2005 o Centro de Formação de Bombeiros de S. João da Madeira, o primeiro do género a ser construído de raiz em Portugal.

Ocupando uma área de cerca de 7.000 metros quadrados, o novo Centro de Formação da Escola Nacional de Bombeiros contém uma via central de acesso, distribuição e organização das redes de abastecimento e escoamento, que se transforma em campo de treino a cada momento, seja na instrução da fanfarra seja no enrolamento e desenrolamento de mangueiras, ao nível da instrução básica.

Exteriormente, essa via organiza o espaço disponível em cinco partes distintas, de Norte para Sul: os dois campos de instrução (de um lado o campo de instrução de treino individual ou de grupo, do outro o campo de instrução de equipa, com casa de fumos), daí passando ao sector de treino específico, sendo as restantes duas partes edificadas, uma com o corpo de aulas teóricas e a outra com o alojamento e acomodação dos instruendos. No seguimento exterior

das salas de aula, sob o corpo destinado à acomodação dos alunos, foi criada uma parada coberta destinada às palestras preparatórias da instrução.

S15. Dinamismo da Agenda 21 Local e da Rede Social: A Agenda 21 Local é um processo em que Câmara Municipal, cidadãos, técnicos, empresários e associações trabalham em conjunto e definem as prioridades para o desenvolvimento sustentável do concelho nas vertentes social, ambiental e económica, estimulando-se assim a democracia participativa e o debate construtivo de ideias. A Rede Social de S. João da Madeira é exemplo de um trabalho planeado, participativo e humano, desenvolvendo no seu Plano de Desenvolvimento Social 2006-2008 os eixos Educação, Formação e Emprego e tendo criado neste âmbito os grupos de trabalho Espaço E – apoio à iniciativa empresarial; Lojas de Emprego e Qualificação; Observatório do Emprego, Educação e Formação Profissional e Estruturas de Conciliação entre a Vida Familiar e a Vida Profissional.

6.5.2 Pontos fracos

W1. Cultura empresarial insuficientemente desenvolvida: Encontra-se ainda frequentemente entre os empresários – como eles próprios são os primeiros a afirmar - uma desconfiança e uma relutância em cooperar e em partilhar experiências e conhecimentos, mesmo quando há interesses comuns em jogo, que redunda muitas vezes em seu prejuízo e que constitui um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de uma dinâmica de aprendizagem colectiva e de inovação dentro do cluster local do calçado.

W2. Individualismo excessivo dos empresários: Combinado com o anterior, este problema impede frequentemente o estabelecimento de alianças e colaborações entre empresas, ainda quando essas colaborações tenham o potencial de aumentar a competitividade e sejam do interesse de todos os envolvidos.

W3. Baixa qualificação profissional dos empresários e dos recursos humanos: O EDV apresenta sinais evidentes de desqualificação da mão-de-obra. Os défices de qualificação profissional e a falta de competências de gestão por parte de empresários têm muitas vezes que ver com as respectivas origens e com a forma como se tornaram empresários e têm, por sua vez, consequências negativas sobre a organização e o funcionamento das empresas.

W4. Economia local demasiado dependente de dois sectores (automóvel, calçado): Se por um lado permite a existência de clusters e potencia efeitos sistémicos em termos de competitividade, a concentração excessiva da actividade num determinado sector – como o do calçado - pode tornar a economia local demasiado vulnerável a flutuações conjunturais, ou mesmo a crises de carácter estrutural, na medida em que, quando as coisas não vão bem para

uns, também o não vão para outros no mesmo sector, afectados pelos mesmos factores, e de forma análoga. Por outro lado, a presença numa economia local de uma unidade industrial de grandes dimensões, por exemplo, no sector automóvel, se é positiva pelo emprego que cria, também se arrisca a amplificar os efeitos negativos de uma situação conjuntural ou estrutural desfavorável, que obrigue a empresa a efectuar despedimentos ou, pior, a encerrar ou deslocalizar aquela fábrica, o que poderia lançar no desemprego de uma só vez uma percentagem significativa dos activos da economia local em questão.

W5. Insuficiente articulação ensino/formação/empresas: As escolas secundárias e os centros de formação profissional coexistem no mesmo espaço territorial mas não fomentam uma articulação conjunta, desperdiçando-se sinergias potenciadoras da construção de percursos de aprendizagem de sucesso. O meio empresarial e o sistema de educação e formação do Entre Douro e Vouga ainda não desenvolveram mecanismos suficientes de articulação e interacção conjunta. Disto se queixam, aliás, frequentemente os próprios empresários[8].

W6, W7. Falta de técnicos e de operários qualificados (esp. em electromecânica, automação, técnicos de manutenção): Os empresários queixam-se frequentemente da escassez de técnicos e de operários com certas qualificações, especialmente as mencionadas em epígrafe. O estudo da Fundação Manuel Leão citado no Anexo 5, p. 6 identifica as áreas prioritárias de Formação inicial (níveis III e IV) para a sub-região.

W8. Sector dos serviços especializados às empresas insuficientemente desenvolvido: Os serviços às empresas (business development services), orientados predominantemente para as necessidades de micro e pequenas empresas em áreas como a formulação de planos de negócios, a gestão financeira e de pessoal, a comercialização e outras, dão um importante contributo para aquilo a que costuma chamar-se "competitividade sistémica" de uma zona. Apesar da existência em SJM de um sector importante de empresas especializadas em serviços específicos ao sector do calçado, uma queixa dos empresários entrevistados centra-se na ausência de um sector suficientemente desenvolvido de serviços de apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas industriais.

W9. Burocracia excessiva em trâmites, autorizações e licenças: esta é uma queixa frequentemente ouvida aos industriais de SJM no decurso de entrevistas e reuniões.

[8] Os pontos fracos W5, W6, W7, W9, e W13 a W16 foram mencionados por vários empresários no decurso de entrevistas realizadas pela equipa encarregada do planeamento estratégico do DEL.

W10. Desadequação da oferta formativa existente: O estudo já referido da Fundação Manuel Leão constata uma desadequação entre as principais necessidades identificadas na sub-região e a oferta formativa existente; revela um excesso de oferta nas áreas de administração, secretariado e gestão e por outro lado um défice ao nível de áreas transversais como as artes, produção multimédia, marketing, organização empresarial, gestão da qualidade e química. A situação já tem vindo a experimentar algumas melhorias significativas. No entanto, de acordo com algumas fontes, ainda existe uma certa desordem, com alguma formação de grande importância e outra quase irrelevante.

W11. Existência de estratégias empresariais e modelos de negócio desajustados: Um dos principais indicadores que permite concluir que as estratégias empresariais e os modelos de negócio de algumas empresas se apresentam desajustados é a respectiva perda de competitividade nos mercados nacionais e internacionais.

W12. Ligação deficiente à rede ferroviária nacional e à rede de auto-estradas: A falta de ligação da linha do Vale do Vouga à rede ferroviária fundamental e o deficiente acesso aos principais eixos viários criam constrangimentos em termos de acessibilidade que se espera virão, em parte, a ser resolvidos com a construção de duas novas auto-estradas: A32 que fará a ligação norte/sul (que foi já concessionada) e a ligação nascente/poente.

W13. Imagem pouco favorável da cidade como lugar para viver: Apesar de SJM ficar sempre extraordinariamente bem colocada nos estudos que se realizam sobre o bem-estar e a qualidade de vida nas cidades portuguesas (ver secção 5.7.7, acima), os empresários continuam a queixar-se de que a dificuldade que experimentam em encontrar técnicos jovens resulta em parte da dificuldade em convencer esses técnicos a vir viver para SJM. Isto indica que a cidade não foi, até agora, capaz de se libertar completamente de uma imagem negativa que teve no passado.

W14. Falta de pessoal que fale línguas estrangeiras (esp. inglês): De novo, uma queixa dos empresários.

W15. Arruamentos estreitos, com pouco estacionamento e com más ligações nas zonas industriais: Apesar da requalificação dos espaços públicos das zonas industriais, nomeadamente dos passeios e zonas de estacionamento, o acesso a veículos pesados apresenta ainda alguns constrangimentos quer pela largura dos arruamentos, quer pela falta de acessos directos à rede viária fundamental.

W16. Escassez relativa de espaço industrial: A exiguidade do espaço livre nas zonas industriais inviabiliza novos investimentos que requeiram grandes áreas e favorece algum "entesouramento" predial e especulação fundiária por parte dos proprietários.

W17. Precarização do emprego industrial: Desde 2001, tem-se verificado um aumento progressivo do número de desempregados inscritos no Centro de Emprego (embora com um decréscimo a partir de 2006) e um agravamento do Desemprego de Longa Duração. A tendência actual parece ser para o aumento generalizado do desemprego (quer na indústria, quer no comércio); o desemprego tende a aumentar, uma vez que se baseia numa indústria de manufactura, mais do que na comercialização; em S. João da Madeira o desemprego da indústria do calçado poderá afectar negativamente a economia do concelho gerando desemprego noutros sectores de actividade; nos próximos tempos o desemprego na indústria do calçado pode não acentuar, mas oscilar entre períodos de aumento e diminuição do emprego.

6.5.3 Oportunidades

O1. Potencial de desenvolvimento urbano por reconversão do espaço da Oliva: A requalificação do espaço da Oliva permitirá uma valorização de toda a sua área e da envolvente em termos urbanísticos e ambientais. A possibilidade de dispor de um espaço tão grande no coração da cidade representa uma enorme oportunidade em termos do seu potencial de desenvolvimento urbano e da economia local.

O2 e O3. Proximidade aos centros de investigação e desenvolvimento do Porto e de Aveiro e ao mercado da AMP e corredor atlântico: Prefere-se a sua classificação como oportunidades na medida em que o seu aproveitamento potencial ultrapassa o já realizado. Acrescente-se que estudos sobre experiências bem sucedidas de DEL revelam que há quase sempre pelo menos uma Universidade associada a essas experiências.

O4. Criação do Centro Empresarial e Tecnológico: A criação do CET tem potencialmente uma importância fundamental, embora o seu impacto efectivo dependa naturalmente da forma como o novo Centro venha a ser instalado e comece a funcionar.

O5. Próxima instalação da Internet de banda larga em todo o concelho: ver secção 5.6.3, acima.

O6. Financiamentos nacionais e comunitários para formação, competitividade e novas tecnologias: O novo ciclo de programação financeira da União Europeia 2007 – 2013 representa uma oportunidade para a promoção de mudanças significativas nas orientações e modelos de intervenção estruturais ao nível nacional. Os financiamentos nacionais e comunitários associados ao QREN constituem sem dúvida uma importante oportunidade para o desenvolvimento da economia local de SJM.

O7. Proximidade à Escola Superior Aveiro Norte: A presença nos concelhos da Sub-Região e limítrofes (de forma descentralizada de modo a abranger toda a área territorial: Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira, Sever do Vouga, Albergaria-a-Velha e Ovar) da Escola Politécnica de Aveiro Norte e a respectiva oferta de Cursos de Especialização Tecnológica (CET´s) abre novos horizontes à qualificação de Quadros Técnicos Intermédios.

O8. SJM é um pólo de atracção em relação aos concelhos vizinhos (educação, comércio e serviços, emprego): Os elevados níveis de emprego nos sectores secundário e terciário da cidade, aliados à forte qualificação do seu território, transformam-na em pólo de atracção para os habitantes dos concelhos circundantes, o que por sua vez se traduz num crescimento e diversificação da base económica local, enriquecida com uma componente crescente de serviços urbanos.

O9. Posição central no eixo urbano Feira - SJM – Oliveira: A localização geográfica do concelho, numa posição central neste eixo urbano fortemente industrializado, permite-lhe potenciar uma grande diversidade de funções e elevados índices de terciarização, reforçando o efeito referido em **O8**.

O10. Potencial de desenvolvimento da Linha do Vouga (caminho de ferro): Espera-se que a criação do comboio frequente permita uma recuperação progressiva da importância da linha Vale do Vouga que se pretende venha a integrar o Metro de Superfície da Área Metropolitana do Porto.

O11. Aumento da procura mundial de calçado de alta qualidade: O aumento da prosperidade em amplas áreas do globo arrasta um aumento importante da procura de calçado de alta qualidade. Isto cria uma oportunidade importante para produtores de calçado em Portugal - e em particular em SJM – na medida em que as empresas das economias emergentes, especializadas em gamas média e baixa, não têm normalmente capacidade para satisfazer essa procura.

O12. Potencial de aplicação das TIC aos sectores tradicionais: Como se mencionou na secção 5.6, acima, a aplicação das TIC a actividades industriais e de serviços tem um considerável potencial de aumento de produtividade.

O13. Potencial da mão-de-obra imigrante: Em 2008 a Rede Social vai realizar um estudo sobre imigração no Concelho. Neste momento é difícil avaliar o impacto desta mão de obra. No entanto, é sabido que a mão de obra imigrante tem muitas vezes efeitos positivos, a curto e a longo prazo, sobre as economias de destino.

O14. Desenvolvimento do Turismo Industrial e de Negócios: Bem realizada, uma oferta turística diversificada, incluindo o Museu da Chapelaria, o recém proposto e ainda não

aprovado museu do calçado e possivelmente um museu da fundição na zona recuperada da Oliva poderão ter um impacto significativo em termos de atrair visitantes.

O15. Criação de parques industriais em Santa Maria da Feira e em Vale de Cambra: A criação destes parques industriais cria clientes potenciais para as empresas de prestação de serviços a outras empresas, sector já presente e que pode reforçar-se em SJM.

O16. Proximidade ao Europarque: O Europarque é um recurso de âmbito regional, mais do que local. A proximidade a essa importante infraestrutura pode ter um efeito atractor importante, sobretudo para potenciais residentes em SJM.

6.5.4 Ameaças

T1. Forte e crescente concorrência internacional no sector do calçado de baixas gamas: A produção de calçado gama média-baixa nas economias emergentes tem vantagens directamente associadas a níveis de salários industriais muito mais baixos mesmo que os portugueses. Este facto, associado a uma gradual melhoria da qualidade e produtividade dessa produção, implica que já é ou virá muito em breve a ser impossível aos produtores portugueses competir nessas gamas.

T2, T3. Deslocalização do sector de componentes para automóveis e do calçado: Se bem que forme parte da estratégia de sobrevivência de certas empresas, a deslocalização da produção destrói emprego local, dando origem a problemas sociais e económicos decorrentes de a mão-de-obra local ser pouco qualificada, algo envelhecida e com pouca capacidade de adaptação a novos e distintos modelos de trabalho.

T4. Aumento do custo da energia e matérias primas: O aumento do custo da energia e das matérias primas a que se assiste neste momento – e que é de esperar continue nos próximos anos – constitui um desafio para todas as actividades produtivas, tanto directamente ao obrigar os produtores a aumentar a sua eficiência para se manterem competitivos, como indirectamente na medida em que esse aumento de custo acaba por se repercutir negativamente na procura de bens e serviços de todos os tipos. Por outro lado, o custo da energia reflecte-se directamente no custo dos transportes, particularmente importante para um país periférico como Portugal – e para as suas regiões.

T5. Diminuição da oferta existente de serviços públicos (saúde, justiça): as pressões no sentido de aumentar a eficiência de certos serviços nacionais têm levado a iniciativas no sentido da sua consolidação e do encerramento de certos serviços onde se considera que não se justifica a continuação da sua existência. A pequena dimensão de S. João da Madeira enfraquece os argumentos em favor da preservação desses serviços no concelho e ameaça portanto levar à sua perda, o que afectaria negativamente a centralidade e a base económica

da cidade, além de prejudicar também toda a população dos concelhos vizinhos, para quem o acesso a tais serviços se tornaria mais difícil.

T6. Especulação fundiária

A exígua dimensão física do concelho traduz-se numa reduzida disponibilidade de solo urbanizável que acarreta uma forte especulação imobiliária, particularmente no que se refere à retenção sem uso de terrenos e instalações industriais com o objectivo de aproveitar de uma valorização associada à sua relativa e crescente escassez, a qual poderá dificultar o desenvolvimento urbano e industrial do concelho.

T7. Pouca articulação entre os actores do sector público regional (ausência de visão estratégica na definição dos equipamentos regionais): O Entre Douro e Vouga tem uma dimensão e uma identidade no contexto do Norte e da AMP que é do interesse de todos os seus habitantes afirmar e reforçar. Exemplo bem claro disso é o eixo urbano em consolidação que une Santa Maria da Feira a Oliveira de Azeméis, passando por S. João da Madeira. Esse eixo urbano poderia a prazo converter-se numa cidade importante, com consequências positivas para os habitantes de toda a região. Para que tal viesse a acontecer seria, no entanto, necessário um nível de coordenação e planeamento estratégico entre as autoridades dos três municípios (em particular na definição e localização de infraestruturas e equipamentos colectivos de âmbito regional e na adopção de uma estratégia de desenvolvimento desse eixo urbano), que neste momento não parece existir.

T9. Gradual deslocação para Leste do centro económico do continente europeu: A progressiva integração de novos países da Europa Oriental na União Europeia não só torna Portugal num país ainda mais periférico ao aumentar significativamente a sua distância ao centro de gravidade da União, como acrescenta ao espaço económico europeu uma enorme quantidade de trabalhadores mais qualificados e, pelo menos de momento, a ganhar salários menores que os trabalhadores portugueses. Um e outro destes aspectos constituem ameaças para a competitividade da indústria de S. João da Madeira, como aliás de todo o país.